

GILVAN VENTURA DA SILVA

# OS ANTIGOS ~ E NÓS ~

---

ENSAIOS SOBRE GRÉCIA E ROMA

Universidade Federal do Espírito Santo  
Secretaria de Ensino a Distância

**História**  
Licenciatura

**E**ste livro representa uma iniciativa dos profissionais vinculados ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES) visando ao aprimoramento do ensino e da pesquisa em História Antiga no Espírito Santo. Composta por seis ensaios produzidos ao longo dos últimos anos, a obra *Os antigos e nós* desenvolve algumas reflexões acerca da importância da disciplina no contexto acadêmico e das possíveis conexões entre nós, os gregos e os romanos, com ênfase na dinâmica das relações de poder, nos vínculos entre política e religião e na maneira como a Antiguidade é tratada nos livros didáticos de História.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Ensino a Distância

# OS ANTIGOS E NÓS

---

ENSaios sobre GRÉCIA E ROMA

Gilvan Ventura da Silva

Vitória  
2015

**Presidente da República**  
Dilma Rousseff

**Ministro da Educação**  
Renato Janine Ribeiro

**Diretoria de Educação a Distância  
DED/CAPES/MEC**  
Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO**

**Reitor**  
Reinaldo Centoducatte

**Secretária de Ensino a  
Distância – SEAD**  
Maria José Campos Rodrigues

**Diretor Acadêmico – SEAD**  
Júlio Francelino Ferreira Filho

**Coordenadora UAB da UFES**  
Teresa Cristina Janes Carneiro

**Coordenadora Adjunta UAB  
da UFES**  
Maria José Campos Rodrigues

**Diretor do Centro de Ciências  
Humanas e Naturais (CCHN)**  
Renato Rodrigues Neto

**Coordenador do Curso de  
Licenciatura em História**  
Geraldo Antonio Soares

**Revisora de Conteúdo**  
Adriana Pereira Campos

**Revisora de Linguagem**  
Fernanda Scopel

**Design Gráfico**  
Laboratório de Design Instrucional - SEAD

**SEAD**  
Av. Fernando Ferrari, nº 514  
CEP 29075-910, Goiabeiras  
Vitória – ES  
(27) 4009-2208

**Laboratório de Design Instrucional (LDI)**

**Gerência**  
Coordenação:  
Letícia Pedruzi Fonseca  
Equipe:  
Giulliano Kenzo Costa Pereira  
Patrícia Campos Lima

**Diagramação**  
Coordenação:  
Geyza Dalmásio Muniz  
Heliana Pacheco  
Equipe:  
Filipe Motta  
Lucas Reis

**Ilustração**  
Coordenação:  
Priscilla Garone  
Equipe:  
Joyce Cavalcanti do Carmo

**Impressão**  
Tavares&Tavares

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S586a Silva, Gilvan Ventura da, 1967-  
Os antigos e nós : ensaios sobre Grécia e Roma / Gilvan Ventura da Silva. – Vitória :  
Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.  
104 p. : il. ; 22 cm

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-63765-24-6

1. História antiga. 2. Civilização clássica. 3. Grécia – História. 4. Roma – História.  
I. Título.

CDU: 94(37+38)

---



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

# SUMÁRIO

---

## 4 APRESENTAÇÃO

## 7 CAPÍTULO 1

Os desafios de se estudar História Antiga no Brasil

## 21 CAPÍTULO 2

História Antiga e Livro Didático: uma parceria nem sempre harmoniosa

## 33 CAPÍTULO 3

Humanismo e tolerância religiosa: é possível aprendermos com os romanos?

## 45 CAPÍTULO 4

Cidade e cidadania na Antiguidade Clássica

## 63 CAPÍTULO 5

Cultura escrita e *práxis* política na Grécia e em Roma

## 75 CAPÍTULO 6

O Império Romano e o cristianismo

## 90 CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 92 REFERÊNCIAS

## 96 APÊNDICE 1

Orientação bibliográfica

## 102 APÊNDICE 2

Revistas eletrônicas brasileiras

# APRESENTAÇÃO



O estudo de História Antiga, em nosso país, tem experimentado nos últimos anos um desenvolvimento sem precedentes, como comprovam a quantidade crescente de livros especializados e artigos científicos disponíveis em língua portuguesa bem como o aumento significativo dos pesquisadores dedicados à investigação acerca das sociedades antigas em todos os níveis de formação acadêmica, com destaque para os projetos executados por estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado), boa parte deles contando com o apoio das agências governamentais de fomento à pesquisa. Todavia, é forçoso reconhecer que muitas instituições de ensino superior responsáveis pela oferta de cursos de graduação na área de História ainda não dispõem, em seus quadros, de profissionais qualificados para o ensino da História Antiga, em especial a de Grécia e Roma, o que, em diversas circunstâncias, se revela um entrave do ponto de vista pedagógico, com repercussões duradouras sobre a carreira do futuro licenciado.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), felizmente, a situação se mostra bem mais favorável devido à atuação de docentes e alunos que há cerca de duas décadas têm se dedicado ao ensino e à pesquisa em História Antiga, fato que culminou, em 2010, com a criação do Laboratório de Estudos sobre o Império

Romano (Leir), um grupo de pesquisa nacional cadastrado no CNPq sob a liderança da Universidade de São Paulo. Congregando pesquisadores do Brasil e mesmo do exterior, o Leir tem constituído, não apenas no Espírito Santo, mas em diversos estados da federação, um polo de produção de conhecimento em História Antiga na interface com outras disciplinas, como, por exemplo, a Arqueologia, a Literatura e a Antropologia.

O livro que o leitor ora tem em mãos representa mais uma iniciativa dos profissionais vinculados ao Leir-ES visando ao aprimoramento do ensino e da pesquisa em História Antiga no Espírito Santo. Composta por seis ensaios produzidos ao longo dos últimos anos, a obra *Os antigos e nós* apresenta algumas reflexões que nos têm ocupado como profissionais de História Antiga junto ao Departamento de História da Ufes, com destaque para a importância da disciplina no contexto da literatura didática e para as possíveis conexões entre nós, homens e mulheres do século XXI, com gregos e romanos, essas figuras de alteridade que não cessamos de evocar como precursoras de uma civilização da qual desde sempre nos consideramos herdeiros.

Vitória, maio de 2014.



## capítulo 1

# Os desafios de se estudar HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL



**N**osso propósito, neste ensaio, é discutir alguns aspectos relativos à configuração de uma determinada especialidade do conhecimento histórico que, no contexto do sistema acadêmico brasileiro ocupa, sem dúvida, uma posição minoritária e, em muitos casos, subalterna. Trata-se da História Antiga e, em particular, da História da Civilização Greco-Romana, um campo no qual o ensino nas universidades brasileiras é ainda precário e a pesquisa, incipiente. Todos, é bem possível, concordariam com o pressuposto de que a Civilização Ocidental deve muito ao legado de Grécia e Roma, não obstante as ambiguidades que o emprego do termo “legado” possa suscitar (FOLIGNO, 1992, p. 28). Invenções como a democracia, a filosofia, o direito, as competições olímpicas são tributadas ora à Grécia ora a Roma, de maneira que por intermédio de todo um encadeamento milenar essa herança foi reapropriada, recriada e transmitida às gerações seguintes. Da Europa, seu epicentro, se difunde pelos quatro cantos do globo, acompanhando o próprio processo de domínio imperial que os europeus exercem sobre os demais continentes (FINLEY, 1998, p. 30). Desse modo, uma história muito própria das regiões banhadas pelo Mediterrâneo se converte,

progressivamente, em uma história de abrangência praticamente universal, um autêntico patrimônio cultural da humanidade, o que justifica a sua inclusão obrigatória nos currículos escolares, produzindo-se pouco a pouco uma continuidade crescente entre os antigos e nós, que nos identificamos com a história de sociedades longínquas tanto no espaço quanto no tempo. E, no entanto, não cessamos de celebrar os antigos como os *clássicos*, ou seja, como antepassados que prefiguram modelos de conduta, de pensamento e de expressão artística tomados como canônicos e cujo conhecimento é indispensável para uma formação de caráter humanista.

### **OS CLÁSSICOS APORTAM NO NOVO MUNDO**

Na América Latina, a perpetuação e reprodução de valores e experiências próprios da Civilização Greco-Romana são corolários da expansão ultramarina patrocinada pelos países ibéricos na passagem do século xv para o xvi, coincidindo assim com o Renascimento, processo histórico marcado pela ideia de *renovatio*, de renovação que, pretendendo recuperar a antiga tradição clássica sob a égide da reverência à glória greco-latina (DUBY, 1987, p. 143), revolucionou os fundamentos intelectuais e artísticos herdados da Idade Média, embora sem suprimi-los. Muito mais do que um mero retorno à Antiguidade, algo por si só historicamente insustentável, o que os homens do Renascimento empreenderam foi uma *releitura* seletiva da cultura antiga de acordo com os seus propósitos particulares, conjugando tal cultura com o patrimônio judaico-cristão do qual, evidentemente, não poderiam se desvencilhar. Como sustenta Agnes Heller (1982, p. 12), a cultura antiga funcionou para o Renascimento muito mais como “um depósito de pensamento passível de transformação à medida dos desejos do que como um modelo a imitar”. Dentro do movimento renascentista, o humanismo constituiu um dos desdobramentos intelectuais mais vigorosos, o que possibilitou a difusão do pensamento humanista para países e continentes nos quais as

condições sociais e materiais que propiciaram a emergência do Renascimento, tal como encontradas na Itália, jamais existiram. Pois bem, foi nessa conjuntura de revalorização da cultura clássica e de afirmação do humanismo que os ibéricos iniciaram a conquista e colonização da América Latina.

A descoberta do Novo Mundo para os europeus significava, à primeira vista, o abandono de uma espacialidade já devidamente conhecida e dominada em prol da exploração de territórios ocupados por populações “selvagens” e “exóticas”. Por meio da conquista da América, opera-se um confronto entre o antigo e o novo que gera desconforto e inquietação. Nessas circunstâncias, o homem europeu necessita investir a nova realidade com símbolos que a tornem familiar, num processo cognitivo que os teóricos da representações sociais costumam designar por “ancoragem”, ou seja, a leitura de uma realidade desconhecida sob o filtro dos símbolos culturais próprios do sujeito cognoscente (PEREIRA DE SÁ, 1995, p. 35). Para tanto, a herança clássica foi largamente evocada pelos ibéricos com a finalidade de traduzir tudo aquilo que viam e que carecia de explicação. Isso nos esclarece, por exemplo, a respeito do interesse manifesto por Colombo, no decorrer de sua primeira viagem ao continente americano, em se informar sobre o paradeiro das amazonas, as lendárias guerreiras vencidas por Hércules. Já François Thévet, em suas *Singularidades da França Antártica*, obra publicada em 1557 e que inicia a série de relatos de viajantes sobre o Brasil, estabelece um paralelo entre a modalidade de combate dos indígenas e a dos romanos. Em 1519, o teólogo escocês John Mair, recorrendo a Aristóteles, inaugura o debate acerca da condição do indígena americano ao equipará-lo ao escravo por natureza descrito na *Política*. Desse modo, por intermédio de um paralelismo entre a América e a Antiguidade construiu-se uma filiação entre o Novo e o Velho Mundo, ao mesmo tempo que se acentuaram as distinções entre os modernos, os europeus que se aventuravam no ultramar e os antigos, territorialmente

distantes, que foram submetidos e dominados no episódio das Grandes Navegações (HARTOG, 2003, p. 130–131).



**Figura 1**  
*O nascimento de Vênus*, pintura do florentino Sandro Botticelli (1445–1510), na qual é possível constatar a influência da mitologia clássica sobre o trabalho dos artistas do Renascimento.

### A TRADIÇÃO CLÁSSICA NO BRASIL

A aproximação entre o Novo Mundo e a Antiguidade Greco-Romana foi igualmente o resultado da criação de toda uma tradição escolar calcada no estudo e conhecimento dos clássicos. Quanto a isso, a América deve muito, sem dúvida, aos jesuítas, cujas realizações no campo da instrução, desde os níveis mais elementares até os mais graduados, foram notáveis. Os jesuítas faziam da educação um instrumento privilegiado de intervenção no *saeculum*, fundando escolas de ler e escrever, escolas médias e seminários nas quais o ensino do Latim, do Grego, da Filosofia e da Teologia encontrava um espaço privilegiado, adequando-se assim a uma pedagogia cristã cujas raízes remontavam ao passado clássico. No caso brasileiro, nem mesmo a expulsão sumária dos jesuítas da Colônia determinada por Pombal, em 1759, foi suficiente para arrefecer o interesse pelos gregos e romanos. Em 1772, com a reforma do sistema educacional, foram criadas as cadeiras

régias para o ensino secundário, dentre as quais as de Grego e de Latim, que ocuparam um espaço importante nos cursos de Direito criados em Olinda e São Paulo a partir de 1827, já sob o Império. Durante a Primeira República, o ensino secundário foi reformulado, privilegiando-se as ciências exatas e físicas em detrimento da formação clássica e literária. Não obstante, o ensino do Grego e do Latim foi mantido, ao mesmo tempo que se instalavam, no País, as Faculdades de Filosofia e Letras, com destaque para São Paulo. Desse modo, o interesse pela cultura clássica, em especial pelos estudos latinos, tornou-se crescente, produzindo-se uma plethora de romanistas e tradutores que marcaram época. Em 1925, outro impulso significativo à difusão dos Estudos Clássicos veio com a oferta do curso de Filologia Clássica (Latim e Grego) pela Faculdade de Filosofia de São Paulo, o primeiro curso de Letras propriamente dito a ser criado no Brasil.

A etapa seguinte foi a abertura dos cursos superiores de Letras Clássicas e Português pela Universidade de São Paulo (1934) e pela Universidade do Distrito Federal (1935), ambas contando com professores estrangeiros em seus quadros para o ensino do Latim e do Grego. Em 1939, determinou-se que o curso de Letras Clássicas (Português, Latim e Grego) passaria de três para quatro anos, reservando-se o último ano para a formação pedagógica. Com a consolidação dos cursos superiores de Letras Clássicas, o interesse pela história e cultura greco-romanas recebeu um impulso significativo, como comprova a Lei Capanema de 1942 que, dentre outras alterações no sistema educacional brasileiro, ampliou bastante a carga horária de ensino do Latim nos diversos níveis de instrução. Todavia, a vitalidade dos Estudos Clássicos obtida na primeira metade do século xx foi diminuindo a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1962, que tornou facultativo o ensino do Latim ao mesmo tempo que dissolveu a tripla licenciatura de Português, Latim e Grego. Uma década após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, o

ensino de Letras Clássicas havia desaparecido do secundário, com honrosas exceções, dentre as quais a mais expressiva foi, sem dúvida, o Colégio Pedro II. Nos cursos de Letras, a graduação em Língua e Literatura Grega e Latina não se manteve sequer nas universidades católicas, permanecendo apenas nas universidades públicas com tradição de ensino na área, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil. A partir de então, observa-se, em termos globais, um decréscimo considerável do interesse pela cultura clássica em nosso país, tornando-se o ensino e a pesquisa em Letras Clássicas apenas uma especialidade acadêmica, não obstante a qualidade dos seus profissionais (TUFFANI, 2000/2001, p. 393 e ss.).

Em meados da década de 1980, com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), entidade que agrega especialistas em Língua, Literatura, Filosofia, História e Arqueologia antigas, tem início uma revitalização dos Estudos Clássicos mediante um esforço integrado de diversas disciplinas. Para essa revitalização, as faculdades de Letras Clássicas têm cumprido um papel, como sempre, fundamental. No entanto, uma outra área de conhecimento que desponta com um vigor ainda maior é a História, constituindo a subárea de História Antiga um polo difusor do conhecimento acerca de Grécia e de Roma como nunca ocorreu no passado, e isso por um conjunto de motivos.

Em primeiro lugar, pela notável ascensão da própria disciplina História na segunda metade da década de 1980, logo após o fim da Ditadura Militar. Libertos dos condicionantes políticos que dificultavam o exercício da crítica intelectual livre e soberana, os profissionais de História passaram a experimentar uma significativa valorização ao se clamar pela reconstrução efetiva da identidade nacional no contexto da assim denominada Nova República. Num momento em que o fortalecimento das instituições democráticas e, por extensão, da cidadania se converteu em

uma bandeira dos movimentos sociais, descobriu-se que os pesquisadores e professores de História tinham muito a contribuir com a tarefa de forjar uma nova nação após décadas de opressão política. O resultado desse crescimento global do interesse pela disciplina foi a emergência de subáreas ainda incipientes, tais como História Antiga, História Medieval e História da América, declaradas “áreas carentes” por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que adotou um conjunto de medidas com a finalidade de estimular o ensino e a pesquisa dessas especialidades.

Em segundo lugar, pela renovação historiográfica efetuada nos ambientes acadêmicos, com a superação mais ou menos rápida de um paradigma materialista de interpretação da História até então predominante. Confrontada pela Nova História Política e pela História Cultural, a História Econômica foi aos poucos perdendo espaço nas universidades, instituindo-se, nesse processo, objetos de investigação originais ou, pelo menos, não tão explorados, o que teve como resultado direto o estímulo à criatividade, à investigação e à experimentação em todas as áreas do conhecimento histórico, o que muito beneficiou o interesse pela História Antiga, marcada por um viés eminentemente político e por um diálogo intenso com a Antropologia (HARTOG, 2003, p. 197–199). Por último, pelo fato de que, em termos nacionais, o curso de História apresenta uma abrangência muito superior ao de Letras Clássicas, que continua ainda restrito às universidades públicas e assim mesmo àquelas de maior prestígio e tradição. A graduação em História, ao contrário, é uma das mais difundidas dentre o conjunto das Ciências Humanas, sendo obrigatório que os alunos, quer do bacharelado quer da licenciatura, cumpram pelo menos um semestre letivo de estudos de História Antiga, invariavelmente consumido com a História da Civilização Clássica.

Essas transformações foram capazes de produzir uma autêntica “revolução” no domínio dos Estudos Clássicos no Brasil cujo

mérito, frisamos, se deve em grande medida à contribuição dos historiadores. De fato, se no decorrer da década de 1960 e 1970 alguns poucos nomes como Eurípedes Simões de Paula e Ulpiano Bezerra de Meneses, na USP; Eremildo Viana e Marilda Corrêa Ciribelli, na UFRJ, eram responsáveis pela manutenção da cátedra de História Antiga nos dois principais polos universitários do País, a década de 1980 e, sobretudo, a de 1990 trouxeram um extraordinário avanço para essa subárea, cada vez mais apartada da História Medieval, com a qual compartilhou durante longos anos o mesmo território. Um trabalho pioneiro no sentido de afirmar a especificidade da História Antiga foi aquele desenvolvido pela Profa. Neyde Theml, responsável pela fundação, em 1993, do Laboratório de História Antiga (Lhia), na UFRJ, o mais antigo grupo de pesquisa em atuação. Anos mais tarde, em 1999, outra iniciativa importante foi a instituição, junto à Associação Nacional de História (Anpuh), do Grupo de Trabalho em História Antiga (GTHA), com grande repercussão nos simpósios bianuais promovidos pela entidade.

Se é verdade que a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense (UFF) continuam a dominar o cenário intelectual no que diz respeito ao volume da produção acadêmica nacional em História Antiga, congregando os seus departamentos universitários uma quantidade expressiva de profissionais da área, não é menos verdade que o estudo da disciplina não se restringe mais, em absoluto, ao eixo Rio-São Paulo. Nesse sentido, vale a pena mencionar novos grupos de pesquisa e formação em História Antiga que hoje existem em diversos estados da Federação. Dentre esses, um dos mais atuantes é o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Sob a liderança da USP, o Leir congrega hoje pesquisadores sediados em diversas universidades brasileiras, a saber: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal

de Campina Grande (UFG) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Além disso, merecem destaque o Núcleo de Estudos Estratégicos, sediado na Universidade de Campinas (Unicamp); o Núcleo de Estudos da Antiguidade, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); o Núcleo de Estudos Mediterrânicos, na Universidade Federal do Paraná (UFPR); e o Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medieval (Nero), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). A maioria desses laboratórios e núcleos de pesquisa conta com professores que, credenciados em programas de pós-graduação, têm se dedicado com afinco à formação de novos pesquisadores (mestres e doutores) aptos a atuar no ensino superior, o que vem imprimindo maior dinamismo e, o mais importante, profissionalismo à área, que cada vez mais se aproxima dos padrões internacionais.



**Figura 2**  
Cartaz do V Colóquio Internacional do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir), ocorrido em outubro de 2013 na Universidade Federal do Espírito Santo.

## A HISTÓRIA ANTIGA E O FUTURO

A despeito do extraordinário avanço obtido nos últimos trinta anos, estamos longe de alcançar as condições ideais para que o ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil adquiram relevo e consistência, o que se deve a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, são ainda muito poucas as instituições superiores de ensino que dispõem de profissionais qualificados em História Antiga. E mesmo estas são, em sua esmagadora maioria, entidades públicas, ficando todo o setor privado praticamente desguarnecido, o que resulta em um obstáculo considerável para o fortalecimento dos Estudos Clássicos, pois sem especialistas é impossível se consolidar qualquer área de conhecimento que seja. Em segundo lugar, o conjunto de habilidades exigido para um aluno que deseje se aventurar na área, a começar pelo domínio do grego e/ou do latim, do inglês e do francês, pré-requisitos fundamentais para a realização da pesquisa em História Antiga e que demandam um investimento não desprezível de tempo e de recursos financeiros. Outrossim, caso o pesquisador tenha necessidade de acrescentar à sua formação conhecimentos de Arqueologia, Epigrafia ou Numismática, a situação se complica ainda mais. Em terceiro lugar, a extrema deficiência das bibliotecas do País, com poucas exceções, o que obriga o profissional de História Antiga a, muitas vezes, ter de importar boa parte do material de que necessita ou empreender uma viagem ao exterior com o objetivo de adquiri-lo, com todos os custos que ambos os empreendimentos encerram. Em quarto lugar, a falta de interlocução em muitos departamentos universitários, nos quais o estudo e a pesquisa em História Antiga são vistos quase como um luxo, uma vez que a Antiguidade representaria um *locus* apartado de nós, da nossa realidade latina e brasileira, uma especialização diletante absorta em discussões bizantinas que muito pouco teriam a contribuir para a compreensão da nossa própria história. Em último lugar, o ensino da disciplina, embora obrigatório nos níveis fundamental e médio,

representa muitas vezes um desestímulo aos estudantes em virtude da qualidade duvidosa do livro didático à disposição. Dentre os conteúdos tratados nos manuais escolares brasileiros, nenhum se encontra mais preso a concepções ultrapassadas e comporta tantos erros grosseiros quanto aqueles referentes ao domínio da História Antiga, de maneira que não raro essa História mostra-se defasada. E, no entanto, ela tem-se feito cada vez mais presente nos meios universitários. Como explicar esse aparente paradoxo?

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que a História Antiga não é, em absoluto, uma disciplina particular em comparação à História de outros períodos. No passado, um exercício rigoroso da erudição contribuiu para criar um distanciamento entre os classicistas, por demais apegados às particularidades dos seus estudos altamente especializados, e os historiadores propriamente ditos. Na atualidade, esse distanciamento parece pouco a pouco ceder diante da compreensão de que os pesquisadores de História Antiga compartilham com os demais colegas de profissão um conjunto de procedimentos comuns ao *métier* do historiador, o que os leva a adotar, com uma frequência cada vez maior, teorias e modelos construídos por meio da investigação de realidades que muito pouco têm ou teriam em comum com o Mundo Antigo. Só para citar um exemplo relevante, poderíamos nos referir à obra *Sistema político do Império Romano do Ocidente*, de Norma Musco Mendes (2002), no qual a autora se propõe a explicar a desagregação do Império Romano nos termos do modelo de colapso de sociedade complexa desenvolvido pelo arqueólogo Joseph Tainter, o que a leva a obter conclusões verdadeiramente iluminadoras sobre o assunto. Desse modo, a História Antiga se liberta pouco a pouco da clausura na qual esteve confinada por décadas e que se deveu, em parte, à própria conduta dos classicistas, ciumentos de um saber circunscrito a um pequeno círculo de “eleitos”. Nesse movimento, criam-se as condições necessárias para o intercâmbio e o diálogo, não apenas com os historiadores de outras épocas e sociedades,

mas com outras disciplinas, especialmente a Antropologia, que tanto nos tem ensinado a compreender as especificidades das sociedades ditas tradicionais e/ou primitivas, e a Arqueologia.

Devemos assinalar também a capacidade de a História Antiga nos propor questões para pensar a realidade presente, como demonstram algumas tendências recentes de interpretação do Mundo Antigo e, particularmente, do Império Romano, nos termos de um longo processo de integração de povos e culturas distintas em torno do Mediterrâneo o que, *mutatis mutandis*, teria significado uma primeira experiência de “globalização”. Naturalmente, entre a integração produzida outrora pelo poder imperial romano e aquela instituída hoje, sob a tutela dos Estados Unidos, há um sem número de pontos discordantes, a começar pelo fato de que a integração experimentada na atualidade se assenta, em larga medida, em mecanismos econômicos, ao passo que a integração operada pelos romanos era de caráter eminentemente político, para não dizer militar (GUARINELLO, 2003, p. 58). Por outro lado, quando assistimos a todo um movimento contemporâneo de liberação sexual, de reconstrução das relações entre os gêneros, como não nos reportarmos às sociedades clássicas que, antes da afirmação da ética cristã, possuíam padrões de comportamento sexual que nos permitem refutar qualquer tentativa de naturalização das práticas sexuais, resultado sempre de uma construção histórica e, por isso mesmo, transitórias? Seja como for, o importante é tomarmos consciência de que o diálogo entre o passado greco-romano e a atualidade é um exercício intelectual extremamente frutífero e revelador, capaz de nos sugerir temas e abordagens até então insuspeitos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão, gostaríamos de ressaltar a originalidade dos historiadores brasileiros no trato com a disciplina. A História Antiga, é certo, não é a “nossa história” propriamente dita, ou seja, não é a história do nosso espaço imediato ou aquela história

a partir da qual alcançamos uma compreensão direta do presente, como quando estudamos os latifúndios açucareiros do Brasil colonial e logo inferimos algo sobre a urgência da reforma agrária. Pelo contrário, a percepção de uma continuidade entre os antigos e nós depende de um considerável esforço de inteligência, de reflexão crítico-histórica a fim de identificar os “ruídos” que ao longo do tempo se interpuseram entre uma determinada instituição antiga e o presente, “ruídos” esses que deturpam, mas ao mesmo tempo acrescentam sentidos múltiplos à tradição clássica. Essa falta de familiaridade com o Mundo Antigo, esse estranhamento espaço-temporal que não nos permite falar dos gregos e dos romanos como os nossos antepassados, ou ao menos só nos permite afirmar isso de modo muito genérico, não é, como poderíamos ser induzidos a supor, uma deficiência, mas antes uma condição extremamente singular e até mesmo positiva. Encontrando-se no exterior dessa tradição, os historiadores brasileiros da Antiguidade Clássica são muito mais refratários aos lugares de memória criados em torno da disciplina e muito menos suscetíveis aos apelos nacionalistas que de quando em quando ainda se manifestam entre os colegas europeus. Falando de um lugar que não é o seu, os classicistas brasileiros têm se mostrado capazes de exercitar um outro olhar sobre a História Antiga, elegendo novos objetos, experimentando novos aparatos conceituais e propondo novas interpretações que muitas vezes escapam aos europeus, apegados por vezes a modos de pensar que já apresentam nítidos sintomas de esgotamento. Com isso, os helenistas e romanistas brasileiros vão aos poucos ocupando o seu espaço e definindo a singularidade do saber que produzem em comparação à historiografia internacional, um saber voltado para sociedades que devem ser estudadas por si mesmas, naquilo que apresentam de interessante e variável dentro desse imenso caleidoscópio constituído pelas culturas humanas ao longo do tempo e cuja compreensão é um patrimônio indiscutível do historiador.



## capítulo 2

# HISTÓRIA ANTIGA E LIVRO DIDÁTICO: UMA PARCERIA NEM SEMPRE HARMONIOSA



**N**osso propósito, neste texto, é tecer algumas considerações sobre um assunto que há alguns anos tem despertado a nossa atenção como docentes de ensino superior da área de História Antiga vinculados ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

O problema com o qual nos ocupamos diz respeito à maneira pela qual o ensino de História Antiga tem sido ministrado aos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por intermédio dos livros didáticos disponíveis no mercado editorial brasileiro. A reflexão sobre o ensino de História Antiga contida nos livros didáticos, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não representa uma preocupação menor no contexto do panorama educacional, uma vez que, ao problematizar um objeto dessa natureza, temos a oportunidade de revelar sérias distorções subjacentes à própria qualidade do ensino de História em nível escolar. Antes de prosseguirmos, no entanto, devemos assinalar que a nossa exposição não pretende, em absoluto, polemizar sobre a validade do livro didático, nem sobre os fatores que interferem na adoção desta ou daquela coleção por uma determinada instituição

de ensino, o que seria conferir a este texto uma dimensão que ele não possui. De fato, nossa intenção é muito mais prosaica, pois o que nos interessa saber se resume à seguinte indagação: o livro didático, tal como hoje se apresenta, é um instrumento pedagógico eficaz quando se trata de ensinar os conteúdos de História Antiga, incluindo-se aí os de Pré-História? Ou, dito de outro modo, o professor da Educação Básica, ao ensinar os conteúdos de História Antiga, pode apoiar-se com segurança no material mais recorrente à sua disposição, que é o livro didático? Para tanto, dividimos nossa exposição em três momentos. No primeiro, buscamos dar conta da apropriação de aspectos da Metodologia da História pelos autores de livros didáticos. No segundo, discutimos alguns equívocos no tratamento das fontes históricas. Por fim, apresentamos alguns limites na aplicação da Metodologia do Ensino.

### **A METODOLOGIA DA HISTÓRIA E SEUS ENTRAVES**

Ao avaliarmos os aspectos concernentes à metodologia da História empregada, nos livros didáticos, para o estudo da História Antiga, somos surpreendidos por uma grave constatação: a presença de inúmeras informações erradas e desatualizadas, bem como de uma quantidade significativa de simplificações que comprometem sobremaneira o estudo da disciplina pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Nesse caso, não se tratam de discordâncias referentes a esta ou àquela corrente teórica adotada pelos autores do livro em questão, o que certamente daria margem a leituras distintas e por vezes conflitantes dos processos históricos, mas sim da perpetuação de lugares de memória há décadas superados pela historiografia especializada, mas sem que isso tenha sido já absorvido pela literatura escolar. Com isso, o livro didático continua a propagar teorias outrora evocadas para explicar determinados acontecimentos da Antiguidade, teorias que já se revelaram absolutamente inadequadas, seja pela falta de fundamentação empírica, pela interferência evidente de condicionantes ideológicos ou

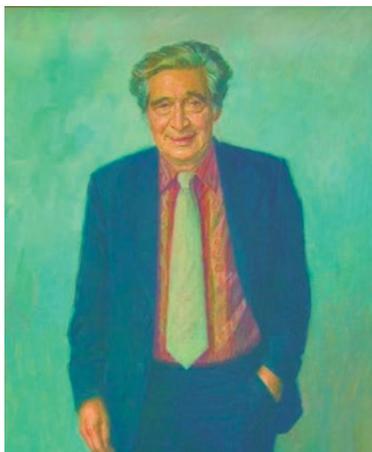
por ambas as razões. Em virtude dessa constatação é que devemos abolir das nossas aulas informações como as que se seguem: “o primeiro faraó foi Menés, responsável pela unificação do território do Egito por volta de 4000 a.C.” e “o surgimento do Estado e da Civilização se deu pela necessidade das populações do Oriente Próximo em manipular enormes massas de água no contexto da irrigação artificial”, afirmações hoje refutadas pelos especialistas. Por vezes, os erros e a desatualização bibliográfica revelam-se ainda mais primários, pois algumas informações contidas nos livros didáticos configuram, na realidade, autênticos disparates, deixando claro que os autores não dominam o assunto sobre o qual dissertam. Assim é que nos deparamos, em um mesmo livro, com três datas distintas para o surgimento da escrita: 6000, 4000 e 3000 a.C., sem que seja possível decidir por uma delas. Outras vezes, somos surpreendidos com a afirmação de que os tiranos gregos eram *magistrados eleitos* pela *polis* e de que Roma foi de fato fundada em 753 a.C. pelos gêmeos Rômulo e Remo (!), exemplos contundentes de como a literatura pedagógica se apropria dos conteúdos de História Antiga sem o menor rigor crítico.

Quando passamos ao domínio das simplificações, o problema adquire proporções muito maiores, em virtude da recorrência de explicações truncadas, incompletas e muitas vezes eivadas de juízos de valor que dão margem a distorções inadmissíveis. Nesse sentido, como sustentar as seguintes afirmações: “a existência da comunicação escrita indica um nível de organização política e social bem desenvolvido”; “as conquistas produziram as sociedades estratificadas, divididas em senhores e escravos”; “o Egito era uma dádiva do Nilo”; “as informações que podem ser extraídas dos poemas de Homero, apesar de valiosas, são poucas”; “os persas não chegaram a realizar muito no campo cultural, nem foram criativos como muitos outros povos contemporâneos”; e “Com a crise do Império Romano, as instituições públicas praticamente desapareceram do Ocidente?” Igualmente imperdoáveis são os

anacronismos, que se originam, em geral, da adoção de uma ótica modernizante no estudo da História Antiga. Assim é que Atenas e Esparta são continuamente convertidas, nas páginas dos livros didáticos, em potências imperialistas que digladiavam pelo controle do mundo grego, quase como dublês dos Estados Unidos e da União Soviética durante o período da Guerra Fria. As colônias gregas, por sua vez, aparecem como fornecedoras de matérias-primas a baixo preço para a metrópole, ao mesmo tempo que consomem produtos industrializados, conforme as regras que regiam o pacto colonial da Idade Moderna. Já a crise do escravismo antigo a partir do século III d.C. teria ocorrido em virtude da acentuada concorrência da mão de obra pobre e assalariada, tal como vemos na fase final do Império do Brasil. Para espanto nosso, todo esse repertório de contradições, equívocos e desatualizações divide

**Figura 3**

Pintura de Sir Moses Finley (1912-1986), historiador norte-americano responsável por renovar os estudos de Antiguidade, particularmente em História da Grécia. A pintura pertence ao Darwin College, da Universidade de Cambridge, universidade na qual Finley passou a trabalhar após ter-se radicado na Grã-Bretanha.



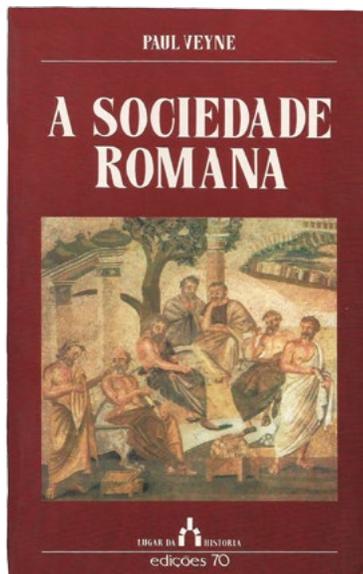
espaço, nos mesmos livros didáticos, com citações extraídas de obras recentes de renomados pesquisadores. De fato, não é incomum os livros didáticos reproduzirem textos de Richard Leakey, Moses Finley, Jean-Pierre Vernant, Claude Mossé, Paul Veyne e outros, estrategicamente inseridos em *boxes* que margeiam o texto principal ou transcritos na seção reservada para leituras complementares e/ou atividades, os quais possuem a função ingrata de conferir credibilidade àquilo que está sendo exposto e demonstrar o quanto os autores do livro didático se encontram familiarizados com a historiografia sobre o tema. Além disso, é igualmente comum encontramos referências copiosas de obras recentes na bibliografia aposta ao término do volume. Tais procedimentos nos induzem à desagradável conclusão de que estamos diante de

uma farsa, ou seja, de que as obras porventura citadas não foram efetivamente estudadas, mas apenas consultadas de modo superficial, ligeiro, não sendo raras as situações em que as informações veiculadas nos excertos contradizem o que é dito no próprio texto básico.

Outro inconveniente característico dos livros didáticos é a falta de compromisso com a definição prévia e clara de conceitos empregados na explicação de determinados processos históricos, o que torna por vezes tais conceitos autoexplicativos, embora não o sejam. Esse problema afigura-se particularmente grave em se tratando da História Antiga, na medida em que muitos dos termos utilizados pelos especialistas ou não fazem parte do vocabulário habitual dos alunos, inclusive por seu caráter técnico, ou não possuem o mesmo significado que a linguagem corrente lhes atribui. Sendo assim, com honrosas exceções, os livros didáticos não se preocupam, por exemplo, em explicar termos como Neolítico, Calcolítico, ideograma ou em precisar as distinções entre a tirania grega e aquilo que hoje entendemos como tal. Quando muito, alguns dos conceitos empregados são remetidos para glossários elaborados pelos autores, mas o professor deve estar sempre atento, uma vez que mesmo tais glossários nem sempre estão isentos de equívocos.

### **O TRABALHO COM AS FONTES HISTÓRICAS**

Quanto ao emprego de fontes históricas, textuais e/ou iconográficas pelos autores de livros didáticos, a situação não é menos complexa, pois subsiste, no texto básico, uma dificuldade recorrente: a falta de cuidado ao se explorar as potencialidades



**Figura 4**  
Capa da primeira edição, em língua portuguesa, do livro *A sociedade romana*, do historiador francês Paul Veyne, um dos mais importantes especialistas em Antiguidade romana. A obra foi editada em Lisboa em 1993.

dos documentos reproduzidos. As fontes escritas são, na maioria das vezes, transcritas em *boxes* colocados à margem do texto, permanecendo assim apartadas da narrativa, sem que haja o cuidado de interpretá-las, o que daria ao aluno oportunidade de se familiarizar com os principais procedimentos inerentes ao ofício do historiador, tornando muito mais eficiente o processo de ensino-aprendizagem. Caso o professor não seja capaz de explorar as informações contidas nos documentos transcritos, a validade destes praticamente se perde, havendo o risco de esses documentos se converterem em mera curiosidade para os alunos. Além disso, sempre que o livro didático apresenta uma seção intitulada *Leituras Complementares*, é muito provável que sob esse rótulo sejam englobados tanto textos de época, como o *Livro dos Mortos* e o *Código de Hamurabi*, quanto obras de autores atuais e artigos de jornais e revistas. Com isso, produz-se um sério imbróglio de ordem teórico-metodológica, qual seja, a equiparação de *documentos históricos* a textos que não possuem esse caráter, ao menos para o estudo das sociedades antigas.

No que diz respeito às fontes visuais (ou iconográficas), subsistem dificuldades semelhantes. Em primeiro lugar, em muitos casos as ilustrações de objetos, utensílios, pinturas e monumentos não trazem o local e a data em que foram produzidos, o que dificulta a sua interpretação. Vejamos alguns exemplos lapidares. Em um determinado livro didático, deparamo-nos com a imagem de um indivíduo prostrado aos pés de uma árvore e em seguida lemos: “Pintura sobre gesso – Egito.” Pergunta-se: o que a cena representa? Em que período a pintura foi executada? Em qual local foi encontrada? Em outra situação, vemos um vaso cretense cuja legenda proclama: “Obra de arte cretense. Um vaso de ouro decorado em relevo.” Pergunta-se: vaso para quê? De qual período? Qual o significado da imagem inserida no utensílio? Em casos extremos, podemos deparar-nos com a fotografia de um artefato lítico cortante, da época pré-histórica, e junto a ela a

“esclarecedora” informação: “Uma faca”. Outro problema crucial é saber se aquilo que é representado na cena pertence à própria época do autor ou se é uma reconstrução *a posteriori*. Ao longo de todo o Império Romano foram retratadas, em pinturas, mosaicos e baixos-relevos, passagens extraídas dos Evangelhos, mas nem por isso podemos tratá-las como testemunhos autênticos do cotidiano de Jesus se comparadas aos seus similares medievais. Como consequência, o uso das gravuras pelos livros didáticos mantém ainda, infelizmente, um cunho por vezes ilustrativo, decorativo, acrescentando muito pouco ao aprendizado da disciplina.

### **OS EQUÍVOCOS DA METODOLOGIA DO ENSINO**

Posto isso, passemos agora a tratar da maneira pela qual os conteúdos de História Antiga são abordados, de acordo com a Metodologia do Ensino adotada nos livros didáticos. Cremos que a maior parte dos professores de História não discordaria da afirmação segundo a qual uma metodologia eficaz para a disciplina que lecionam seria aquela que permitisse ao aluno desenvolver três habilidades básicas: 1) compreender a realidade social mediante a comparação reflexiva entre o presente e o passado; 2) alcançar níveis mais amplos de abstração e de generalização; 3) posicionar-se de modo crítico acerca dos processos históricos estudados. Quando confrontamos essas três diretrizes pedagógicas com os conteúdos de História Antiga expressos nos livros didáticos, algumas conclusões importantes logo se impõem.

Em primeiro lugar, muito embora os livros didáticos estimulem com frequência a compreensão ativa da realidade, buscando fazer com que os alunos, partindo do estudo da História Antiga, realizem comparações com acontecimentos contemporâneos, como vemos nas tentativas de reforma agrária empreendidas pelos irmãos Graco em Roma, amiúde tomadas como motivadoras da discussão sobre a reforma agrária no Brasil, é preciso que os professores estejam atentos para a pertinência das comparações

propostas, caso contrário o resultado pode ser desastroso em termos pedagógicos. Isso porque o esforço comparativo não deve enfatizar continuidades e permanências inexistentes, levando os alunos a acreditar que os antigos vivenciaram problemas idênticos aos nossos e os resolveram com soluções igualmente idênticas, o que, ao fim e ao cabo, terminaria por reforçar não apenas a crença numa pretensa natureza humana, mas também uma concepção cíclica do devir histórico, na medida em que os acontecimentos seriam passíveis de repetição em épocas distintas. Tomemos dois exemplos emblemáticos do que desejamos iluminar. No primeiro deles, ao estudar as representações pictóricas da Pré-História, os autores, julgando facilitar a compreensão do sentido de tal manifestação artística para os estudantes da 7ª. série do Ensino Fundamental, declaram que as pinturas rupestres resultam da mesma vontade de *marcar presença* que estimula os jovens de hoje a escrever seus nomes nas carteiras escolares. Ora, nada mais falso, uma vez que as pinturas rupestres eram feitas nos recônditos das cavernas mediante o emprego de luz artificial, não possuindo assim o caráter de exposição próprio das pichações dos nossos adolescentes. Uma comparação como essa simplesmente desvirtua todo o significado histórico das pinturas rupestres, não podendo ser aceita. No nosso segundo exemplo, os autores afirmam que, ao longo da história, a relação do homem com a natureza nem sempre foi das melhores, pois o homem tem sido sempre violento para com esta, tratando-a de modo pouco inteligente. Tal suposição, é claro, encontra-se condicionada pelo clamor atual em defesa da ecologia, mas pode induzir à conclusão (errônea) de que em todas as épocas e lugares o homem sempre se relacionou com o meio-ambiente de modo irracional e destrutivo.

Em nossa opinião, o incentivo à generalização e à abstração poderia ser muito mais eficaz se os autores de livros didáticos optassem por iniciar a exposição dos conteúdos referentes à Pré-História e à História Antiga tomando como ponto de partida

elementos provenientes do cotidiano dos alunos, elementos que fazem parte da sua própria experiência e que denotam um conhecimento prévio acerca da disciplina, mesmo que eivado de senso comum, pois o estudo da Antiguidade implica um profundo retrocesso temporal que obriga o aluno a se familiarizar com realidades muito distantes dele tanto em termos cronológicos quanto em termos geográficos. Tal procedimento não deve significar, no entanto, a instrumentalização do estudo das civilizações da Antiguidade para a compreensão dos assim denominados “legados culturais”, como vemos ocorrer quando se justifica o estudo da Mesopotâmia e da China antigas por terem sido elas, respectivamente, o berço da astrologia e da acupuntura, saberes bastante difundidos e valorizados no mundo contemporâneo. A Antiguidade merece estudo por ela mesma, pelo que comporta de específico e distinto de nós, e não como um depósito de técnicas e saberes milenares dos quais atualmente nos servimos e que nos levam por vezes a exclamar: “Como eram inteligentes os homens da Antiguidade!” Por outro lado, quando se trata de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, julgamos mais satisfatórias as coleções didáticas que optam por introduzir os conteúdos de História Antiga no 8º ano, quando a capacidade de abstração dos alunos se apresenta mais desenvolvida, o que lhes permite retroceder para datas remotas com mais desenvoltura do que, por exemplo, os alunos do 6º ano. Por último, não menos importante é a necessidade imperiosa de o livro didático estimular o raciocínio crítico do aluno, levando-o a formular opiniões sobre aquilo que estuda, a comparar, analisar e interpretar os processos históricos e desse modo converter-se em agente do conhecimento. Nesse sentido, é preciso que os livros proponham atividades de debate e de produção de textos, se possível por intermédio da interpretação de fontes escritas e/ou visuais.

Diante do grande volume de documentos escritos e visuais à disposição para o estudo da Antiguidade, é inadmissível que

esses recursos sejam tão mal-aproveitados nos nossos livros, conforme já mencionamos. Colocar os alunos em contato direto com a matéria-prima da qual se servem os historiadores, desafiar-los a sugerir novas interpretações para aquilo que leem ou veem, descobrir com eles o sentido do que não é dado à primeira vista, convidá-los a consultar fontes complementares de informação, exigir que sistematizem o aprendizado em um texto coerente, tais são os procedimentos que orientam o próprio trabalho do historiador. Para além da transmissão de conteúdos já definidos e cristalizados, é imprescindível que os alunos compreendam que o conhecimento histórico resulta de criação, de espírito de pesquisa, que comporta descoberta e – por que não o dizer? – invenção. Somente assim o conhecimento da História deixará de ser em definitivo um amontoado de fatos, nomes e datas para se converter em uma disciplina que contribua eficazmente para a formação intelectual do indivíduo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todas as dificuldades até aqui apontadas acerca do ensino de História Antiga nos livros didáticos são bastante complexas e impossíveis de ser sanadas a curto prazo. Entre todas as subáreas em que hoje a História se reparte, nenhuma se encontra mais presa a concepções ultrapassadas nem comporta tantos erros grosseiros quanto a subárea de História Antiga, o que resulta da própria constituição atual dos departamentos de História. A pesquisa em História Antiga no Brasil, quer em sua vertente oriental, quer na ocidental, nunca adquiriu relevo e consistência, sendo ainda incipiente, não obstante um considerável impulso verificado nos últimos anos, especialmente nos estudos de Antiguidade Clássica. Como resultado, são ainda poucas as instituições de ensino superior que dispõem de profissionais qualificados para o ensino e a pesquisa em História Antiga. Mesmo essas, em sua esmagadora maioria, são entidades públicas, ficando todo o setor

privado praticamente desguarnecido de mão de obra especializada. Enquanto os departamentos universitários não investirem na qualificação de profissionais que se dediquem a esse campo específico de conhecimento, a formação dos futuros docentes da Educação Básica será deficiente, uma vez que, sem o devido preparo para lidar com os conteúdos de História Antiga, tais docentes não terão condição de discriminar entre um livro didático de qualidade duvidosa e um de qualidade satisfatória, de realizar reparos naquilo que é transmitido e de sugerir atividades complementares que enriqueçam o aprendizado. Sem condições de avaliar adequadamente o principal instrumento pedagógico do qual dispõem, os professores tornam-se reféns dos livros didáticos, o que diminui sobremaneira sua capacidade de reivindicação junto aos editores e autores visando ao aprimoramento do material do qual se servem.

Em face dessas modestas reflexões, gostaríamos de deixar aqui um convite para que se multipliquem os especialistas em História Antiga no Brasil, de modo que, no menor espaço de tempo possível, tenhamos condições de reverter tal situação, permitindo assim que os professores da Educação Básica possam transitar com desenvoltura por todos os ramos do conhecimento histórico e exigir um livro didático que seja de fato formador, e não deformador.



# HUMANISMO E TOLERÂNCIA RELIGIOSA: É POSSÍVEL APRENDERMOS COM OS ROMANOS?



A constatação de que, no mundo contemporâneo, somente alcançaremos um convívio minimamente harmonioso a partir do momento em que respeitarmos as liberdades individuais, o Estado de direito e a pluralidade de opiniões, incluindo aí a opção religiosa, se revela um autêntico truísmo. No entanto, mesmo aquilo que parece óbvio, só o é em nível retórico, visto que a *práxis* política, tanto entre nações quanto, no interior de cada nação, entre grupos sociais distintos, tem se revelado eivada de autoritarismo e violência, fato que os relatórios anuais sobre o grau de desrespeito aos direitos humanos elaborados pelos organismos internacionais se encarregam de nos lembrar periodicamente. O que se encontra ameaçado, em última instância, é a integridade física, moral e, poderíamos acrescentar, cultural, dos seres humanos, razão pela qual o prosperar de uma situação como essa representa ao mesmo tempo uma dupla negação: a de um conjunto de direitos inalienáveis que permitem os homens se reconhecerem como tais e a de toda uma matriz de pensamento centrada na liberdade e no dinamismo da ação humana que, na falta de um termo mais preciso, costumamos denominar como *humanismo*.

Humanismo deriva de *humanitas*, termo latino que designa, em sentido literal, o apanágio dos seres tidos propriamente como humanos pelo fato de não serem bárbaros, ou seja, não apresentarem usos e costumes “incultos” ou contrários à própria humanidade. *Humanitas* seria, assim, a condição de humanidade em sua essência, como propunha Cícero (PEREIRA, 1990, p. 418). Por influência grega, todavia, *humanitas* logo passou a ser associada à *paideia*, isto é, cultura literária, e à *philanthropia*, no sentido de clemência, perdão e indulgência para com todos os homens, sem distinção. Com o passar do tempo e, especialmente, sob o Império Romano, quando o *princeps* se converte em supremo protetor dos súditos e dispensador de benesses, a assimilação entre *philanthropia* e *humanitas* tende a se tornar corrente, o que se coaduna com a formação de uma civilização absolutamente sincrética, multicultural e, em larga medida, tolerante, como foi a romana, especialmente nos primeiros séculos da Era Cristã (CIRIBELLI, 2002, p. 38). Em Roma, uma das principais expressões de tolerância dizia respeito ao universo das crenças religiosas, o que fazia do Império Romano uma autêntica babel de cultos interdependentes dentro de um processo irresistível de aculturação que não excluía nem mesmo os cristãos e os judeus, a despeito do exclusivismo de suas divindades. Ainda que não fossem incomuns, no Império, explosões de ódio e violência contra inimigos políticos, adeptos de crenças por demais repulsivas aos olhos romanos ou etnias bárbaras, o fato é que, até meados do século III, o Estado pagão jamais implementou qualquer medida no sentido de erradicar um determinado culto em função dos possíveis *errores* que este viesse a conter. Em Roma, sempre que os poderes públicos intervieram na esfera religiosa, a preocupação primordial era com a defesa do corpo político. Mesmo os cristãos não foram alvo, durante cerca de duzentos e cinquenta anos, de qualquer perseguição sistemática. Tal constatação nos sugere que a intolerância propriamente dita, ou seja, aquela cristalizada em uma determinada *opção*

*política* levada a cabo pelos detentores do monopólio da coerção física, ou seja, os titulares da autoridade pública que, ao exercitarem a intolerância, arregimentam todos os meios disponíveis, incluindo a violência, é fruto de uma determinada construção e, como tal, historicamente datável.

Em Roma, a formulação de uma ideologia que exige a supressão dos inimigos religiosos como condição *sine qua non* para a manutenção do Império é a contrapartida do surgimento de uma realeza sagrada de inspiração helenística à qual, um pouco depois, virão se acrescentar elementos extraídos da tradição judaico-cristã, realeza essa que costumamos designar com o nome de *basileia*. Do ponto de vista histórico, a afirmação definitiva do princípio segundo o qual o imperador é *deus et dominus natus*, isto é, a conversão da realeza romana em uma realidade arquetípica e sobrenatural, coincide com a deflagração de amplas perseguições religiosas contra indivíduos que, não se submetendo à religião dos imperadores, atentavam diretamente contra a ordem romana. O fenômeno tem início a partir de 250, com as perseguições de Décio e Valeriano contra os cristãos, encontrando um notável ponto de inflexão com a promulgação do edito de tolerância de Galério, em 311. Nesse momento, a *basileia* já é uma realidade praticamente irreversível. A etapa seguinte desse processo, ou seja, a ascensão de Constantino (306–337), não alterou em nada os fundamentos da representação iniciada com Décio e Valeriano, a não ser pelo fato de que os perseguidos de ontem se tornavam agora os perseguidores. De fato, a associação Império/Igreja iniciada por Constantino somente vem reforçar de modo decisivo o princípio de que a religião dos imperadores deveria ser, obrigatoriamente, professada pelo conjunto da população romana. O que se estabelece aqui é um notável discurso de poder calcado na ideia de Verdade que não reconhece mais a alteridade religiosa, como os imperadores do Principado outrora haviam reconhecido.

Nesse sentido, a emergência da intolerância religiosa a partir do século III constituiu uma formidável inovação do período,

merecendo certa atenção. O verbo *tolerare* significa, em termos estritos, sofrer, suportar pacientemente, sendo raro seu emprego em sentido físico, como quando dizemos que alguém tolera (i.é., suporta) um fardo (AURÉLIO, 1996, p. 179). *Tolerare*, então, é empregado correntemente, desde a Antiguidade, no contexto das relações sociais, quer entre indivíduos, grupos ou comunidades, definindo uma situação caracterizada pela coexistência entre partes distintas e, por vezes, em conflito. Quando buscamos apreender o conteúdo da tolerância e, por extensão, da intolerância, estamos refletindo, em última análise, sobre o modo pelo qual, em um determinado contexto, as relações com o outro, o diferente, são concebidas, pois a tolerância pressupõe a existência de uma ética que nos obriga a suportar e até mesmo valorizar a diferença, mesmo que esta afronte os nossos próprios padrões culturais. Só toleramos efetivamente a diferença em duas situações. A primeira delas, quando é impossível se eliminar fisicamente o outro, seja pelo fato de dele dependermos, em alguma medida, para a sobrevivência, seja por não dispormos de mecanismos eficazes que nos permitam erradicá-lo de modo eficiente. A segunda delas, quando nos encontramos imbuídos de uma ética caracterizada pelo pluralismo, que valoriza a diversidade das experiências humanas como um princípio constitutivo da vida em sociedade.

Cumprir notar que mesmo em situações nas quais se reconhece o pluralismo como um valor fundamental para a manutenção das relações sociais, a tolerância não é exercida de modo absoluto. Na realidade, tanto a tolerância quanto a intolerância jamais se manifestam em sua plenitude. Como pondera Canto-Sperber (2000, p. 89), se insistirmos em demasia no direito de cada um fazer o que bem entende, teremos de considerar recomendável aceitar-se algo tido como moralmente condenável, o que representa um paradoxo. Por outro lado, a intolerância extrema nos conduziria ao extermínio da própria Humanidade. Quando nos voltamos para o estudo das interações entre indivíduos, grupos

e/ou comunidades, constatamos que, de modo geral, a intolerância e o seu correlato, a discriminação, são mais atuantes em contextos nos quais alguns apresentam condições materiais efetivas de impor as suas próprias crenças e convicções, desaprovando a conduta do outro e nela interferindo, por vezes de modo violento. Isso equivale a dizer que os mecanismos de intolerância e discriminação dependem diretamente do padrão de distribuição do poder em uma dada situação, de maneira que os detentores dos postos de liderança e autoridade dispõem de recursos efetivos para se considerarem seres humanos superiores (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24). Disso resulta que, no limite, a intolerância deságua em um discurso sobre a natureza da humanidade e da civilização, pois não tolerar alguém é não aceitar a ideia segundo a qual os homens são todos iguais em direitos, o que inviabilizaria as pretensões dos estabelecidos ao monopólio do poder (HÉRITIER, 2000, p. 27). A intolerância, desse modo, é um instrumento extremamente eficaz para se preservar o controle sobre o *status quo*, podendo ser detectada nas mais diversas ocasiões nas quais grupos humanos com aspirações distintas estejam em conflito. A intolerância, no entanto, por vezes escapa do universo das microrrelações de estranhamento e desconforto entre grupos distintos para se converter em plataforma política, vale dizer, em uma ideologia que se entende como portadora da Verdade e do Bem e que não mede esforços no sentido de fazer com que todos se conformem aos seus preceitos (RICOEUR, 2000, p. 20).

A intolerância e a discriminação, ao contrário do que poderíamos supor, não resultam de uma mera opção pessoal de alguns indivíduos menos esclarecidos que não compreendem o verdadeiro sentido da existência humana. Intolerância e discriminação são, antes, componentes da lógica de definição das identidades, de si mesmo e dos outros, de modo que a alteridade é fabricada, inventada e reforçada no movimento de delimitação de fronteiras entre os grupos sociais (AUGÉ, 1999, p. 9). O problema se torna mais

complexo se, como mencionamos, a intolerância adquire o *status* de ideologia, de plataforma de orientação para a ação política, o que pode dar margem a explosões de violência por conta da iniciativa dos grupos rivais em eliminar os oponentes, rompendo com o monopólio da coerção física reputado ao Estado. Mais grave ainda seria uma situação na qual essa ideologia se convertesse em diretriz para a atuação do próprio Estado, conforme nos alerta Hannah Arendt (1994, p. 56–57). Nesse caso, os resultados poderiam ser simplesmente desastrosos, como comprovam as experiências contemporâneas do totalitarismo, da “limpeza étnica”, do Holocausto.

Apesar do fato de a tolerância, hoje, ser compreendida nos termos da valorização do pluralismo, isto é, da aceitação da diferença de opinião em qualquer campo da experiência humana, como, por exemplo, o consumo de drogas e a pena de morte, as reflexões em torno do assunto se relacionam historicamente com a intervenção do Estado no domínio religioso. Um dos episódios mais dramáticos da intolerância religiosa sustentada pelo Estado romano-cristão foi, sem dúvida, a proclamação do Edito de Tessalônica, em 380, por meio do qual Teodósio exigia a adesão de todos os habitantes do Império ao credo de Niceia.<sup>1</sup> A proclamação de Teodósio contida no edito significava, em termos legais, a superação definitiva da antiga orientação política dos imperadores em matéria de crença, quando o Estado somente intervinha no domínio religioso com a finalidade de coibir possíveis conspirações ou perturbações da ordem pública, sem pretender que todos se conformassem a

---

1. “É nossa vontade que todos os povos regidos pela administração de nossa Clemência pratiquem a religião que o divino apóstolo Pedro transmitiu aos romanos, na medida em que a religião por ele introduzida tem prosperado até os nossos dias. [...] Ordenamos que todas aquelas pessoas que seguem esta norma tomem o nome de cristãos católicos. Porém, o resto, os quais consideramos dementes e insensatos, assumirão a infâmia dos dogmas heréticos, os lugares de suas reuniões não receberão o nome de igrejas e serão castigados em primeiro lugar pela divina vingança e, depois, também (por justo castigo) pela nossa própria iniciativa, que providenciaremos de acordo com o juízo divino” (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 28–29).

um credo único e exclusivo sustentado pelos poderes públicos. Doravante, tanto a Igreja quanto os soberanos bárbaros que dividirão entre si o território do Império Romano no decorrer da Idade Média só farão ratificar a plataforma de intolerância religiosa lançada por Teodósio. Assim, toda a tradição de tolerância que vigorou na Antiguidade será aos poucos substituída pelo dogmatismo cristão, com exceção, talvez, da Península Itálica, onde por força do apego à cultura romana, os antigos ritos pagãos foram em alguma medida preservados (FOLIGNO, 1992, p. 28).



**Figura 5**  
Detalhe do *missorium* (baixela de prata) do imperador Teodósio (379–395 d.C.), datando de aproximadamente 388 d.C. Na imagem, o imperador aparece nimbado e portando o diadema, símbolos da sacralidade régia. Teodósio foi o responsável por oficializar o cristianismo niceno no Império Romano. O *missorium* se encontra hoje sob a guarda da Real Academia de la Historia, em Madri.

A partir dos séculos XIII e XIV, no entanto, com a redescoberta progressiva dos textos clássicos latinos e com os avanços no domínio da ciência e das técnicas, inicia-se um lento processo que irá culminar no Renascimento, um movimento marcado pela ideia de *renovatio*, de renovação que, pretendendo recuperar a antiga tradição clássica sob a égide da reverência à glória romana (DUBY, 1987, p. 143), revolucionou os fundamentos intelectuais e artísticos herdados da Idade Média, embora sem suprimi-los. De fato, muito mais do que um mero retorno à Antiguidade, algo por si só impossível

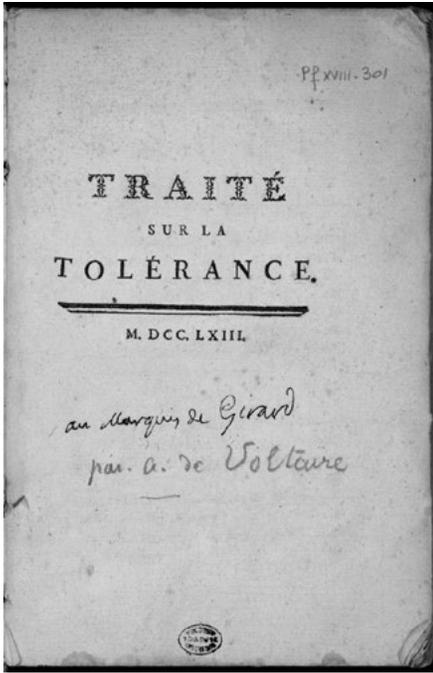
de se realizar, o que os homens do Renascimento empreenderam foi uma *releitura* seletiva da cultura antiga de acordo com os seus propósitos particulares, conjugando tal cultura com todo o patrimônio judaico-cristão do qual, evidentemente, não poderiam se desvencilhar. Desse modo, como sustenta Agnes Heller (1982, p. 12), a cultura antiga funcionou para o Renascimento muito mais como “um depósito de pensamento passível de transformação à medida dos desejos do que como um modelo a imitar”. Dentro do movimento renascentista, o humanismo constituiu um dos desdobramentos intelectuais mais vigorosos, o que permitiu a difusão do pensamento humanista para países e continentes nos quais as condições sociais e materiais que propiciaram a emergência do Renascimento, tal como encontradas na Itália, jamais existiram.

No Renascimento, o novo ideal de homem que surge se distingue, em primeiro lugar, pela noção de imanência, sendo as relações humanas tidas como portadoras de um dinamismo intrínseco, assim como é dinâmico o devir da História. O culto do homem que se faz a si próprio – que confronta a Fortuna e é capaz de alterar o destino – se afirma, produzindo uma independência de juízo que rejeita qualquer obstáculo transcendental à ação humana. Em termos de fé, o Renascimento caracteriza-se pela desintegração do dogma, passando a religião a apresentar múltiplas interpretações, em conformidade com a tendência geral de autonomia da ação humana verificada no período. Já no campo da ética, observa-se a formação de um sistema pluralista de valores morais, com o surgimento de novos valores, tais como o patriotismo, a integridade e, naquilo que nos interessa mais de perto, a tolerância (HELLER, 1982, p. 22 e ss.). Nesse caso específico, parece-nos que a ênfase dos autores renascentistas na tolerância religiosa e na liberdade de consciência se fundamenta numa revalorização de todo um *status quo* presente no mundo romano antes de 250, uma vez que os homens do Renascimento não cessaram de sublinhar a similaridade das estruturas políticas das cidades-Estados italianas com as da Antiguidade.

Além disso, conforme mencionamos, no mundo da *polis* o Estado não se julgava portador de uma doutrina religiosa exclusiva nem intervinha no sentido de regular as modalidades de culto privado, salvo quando isso representasse um perigo iminente para a Cidade, ou seja, quando assumisse um caráter declaradamente político. No âmbito da religião propriamente dita, o humanismo renascentista supera a experiência medieval para se apropriar de uma tradição pré-cristã, uma vez que em termos de tolerância religiosa a Idade Média tinha muito pouco a ensinar. No máximo, o que se constata na obra dos pensadores do Renascimento é tão somente a preservação do monoteísmo, pois nenhum deles defendeu o retorno ao sistema politeísta greco-romano, mas um monoteísmo fragmentado em múltiplas interpretações e confissões, incluindo o islamismo.<sup>2</sup>

---

2. De fato, no final do século XIV, na obra *Defensor pacis*, Marcílio de Pádua, autor de orientação humanista, preconiza a unidade da fé, não por intermédio de qualquer ação violenta, mas do consenso entre opiniões distintas. Segundo Marcílio de Pádua, a Sagrada Escritura nos ensina a demonstrar e a convencer, e não a obrigar e punir, pois as consciências são, em última análise, incoercíveis (ZANONE, apud BOBBIO, 1992, p. 124). Em meados do século XV, Nicolau de Cusa, em um libelo intitulado *De pace fidei*, escrito por ocasião da tomada de Constantinopla pelos turcos, reiterava os pressupostos humanistas acerca da tolerância ao pensar a relação entre crenças opostas como uma fonte de criatividade e não de conflito. Tais reflexões, ao questionarem a obrigatoriedade de alinhamento dos indivíduos frente a uma única crença, preparavam as bases para o pensamento liberal e para o Iluminismo. Spinoza, em seu *Tractatus theologico-politicus*, de 1670, aprofunda o debate em torno da tolerância, contestando frontalmente a interferência do Estado em questões de fé. Dado que a lei da natureza impõe a tolerância universal, entendida aqui no sentido de liberdade de opinião, para Spinoza o Estado não poderia, em nome da concórdia e da segurança pública, arbitrar sobre a verdade e o bem. O mesmo princípio será desenvolvido mais tarde por Voltaire, em seu *Traité sur la tolérance*, de 1772, no qual a tolerância é analisada como um elemento constitutivo da própria natureza humana na medida em que todos os homens, para além das diferenças étnicas, sociais e econômicas que porventura venham a apresentar são, no fim das contas, homens, o que lhes garante o direito ao livre-pensamento. A tradição liberal e iluminista de se pensar a tolerância se volta para os aspectos universais do problema, defendendo-se a autonomia absoluta do indivíduo como um pressuposto fundamentado na natureza e na razão. Visto que todos os homens nascem livres e iguais, a tolerância não poderia representar nenhuma benesse ou concessão de alguns para com outros. Na realidade, a tolerância, dentro do pensamento iluminista, se torna sinônimo de liberdade.



**Figura 6**

Frontispício da primeira edição da obra *Traité sur la tolérance*, do iluminista francês François Marie Arouet (1694–1778), mais conhecido como Voltaire. O tratado foi publicado em 1763. Note-se aqui a ausência do nome do autor e dos editores (os Irmãos Cramer) em virtude da censura régia. O documento se encontra hoje depositado na biblioteca da Universidade de Toulouse, França.

Diante disso, uma conclusão se impõe: trata-se da condenação, de modo praticamente unânime desde a Baixa Idade Média, da interferência do Estado nos assuntos de ordem religiosa. Para os pensadores do humanismo e do Iluminismo, tolerância significava, sim, liberdade de opinião, mas antes e acima de tudo, *liberdade de opinião religiosa*. A tolerância, desse modo, se fazia, primariamente, pela aceitação da diversidade de crença, não apenas por parte dos súditos, mas por parte do próprio Estado, esta entidade que começa a adquirir um peso cada vez mais decisivo na vida das populações à medida que avança o período moderno. A tolerância surge, assim, como um tema circunscrito à filosofia política, num contexto de emancipação progressiva da política em face da religião que encontra na Revolução Francesa o seu divisor de águas, não obstante o fato de que o mundo ocidental precisou ainda de mais de um século

para consumir a separação entre religião e política.

No caso brasileiro, a superação dos vínculos formais entre a Igreja e o Estado somente ocorreu após a proclamação da República, em 1889. A liberdade irrestrita de credo ou religião, no entanto, foi uma conquista que se processou aos poucos, de acordo com as próprias vicissitudes da construção do sistema democrático e da ampliação da cidadania. Levando-se em consideração a diversidade cultural e, por extensão, religiosa, do Brasil, o direito de o indivíduo optar livremente por qualquer credo ou

religião significa uma modalidade importantíssima de expressão da própria cidadania, tendo sido incluída na Constituição de 1988 uma cláusula visando a resguardar exatamente esse direito. Ocorre, todavia, que o crescimento progressivo do fundamentalismo cristão, fenômeno iniciado na década de 1970 e que ganhou fôlego em finais dos anos 1980, tem se feito acompanhar por uma condenação feroz contra os adeptos de outras matrizes religiosas. Nesse sentido, os principais atingidos são os praticantes dos cultos afro-brasileiros (notadamente o candomblé e a umbanda, identificadas sob o rótulo pejorativo de “macumba”) e os espíritas de filiação kardecista, de maneira que, no momento, assistimos a uma escalada de intolerância que necessita ser não apenas melhor estudada, mas decerto combatida.

Diante de uma situação como essa, uma das possibilidades de defesa da diversidade política e cultural talvez resida na recuperação, entre nós, dos princípios próprios do humanismo romano. Voltando-nos assim para a Antiguidade e para toda a tradição renascentista de retomada dos valores antigos em confronto com o dogmatismo monoteísta, temos condições de compreender como ao longo do tempo a intolerância foi concebida sob uma perspectiva religiosa e como isso resultou de uma convenção, de um arbítrio, não havendo razão para que aceitemos um estado de coisas como o que vigora na sociedade brasileira. Desse modo, o estudo da História de Roma, ao menos daquela anterior a 250, pode, sem dúvida, representar uma vertente intelectual bastante promissora de defesa do pluralismo contra qualquer sistema de pensamento que, em nome seja lá de qual divindade for, negue o direito inalienável das sociedades e das pessoas de realizar as suas próprias opções em matéria de fé.



## capítulo 4

# CIDADE E CIDADANIA NO MUNDO CLÁSSICO



A cidade representa, sem dúvida, uma das mais surpreendentes produções do intelecto humano. Sua importância pode ser avaliada pelo fato de que a sua formação e desenvolvimento se confundem *grosso modo* com o ingresso do homem na fase histórica propriamente dita, após um período inicial e bastante extenso que costumamos designar como Pré-História. À parte as arbitrariedades subjacentes a toda e qualquer proposta de periodização, o fato é que a experiência urbana constitui uma notável característica da trajetória da Humanidade sobre a Terra, adquirindo, em cada época e lugar, feições próprias, peculiares, mas nem por isso capazes de apagar as marcas de identidade que nos permitem falar da existência de padrões regulares de ocupação territorial e de organização sociopolítica e econômica comumente sintetizados no vocábulo “cidade”. Tanto ontem como hoje, as cidades são espaços de residência, de trabalho e de interação social, mas são igualmente espaços de reflexão sobre como os homens elaboram e reelaboram a sua existência a partir de uma apropriação bastante peculiar da paisagem que os circunda. Nosso mundo é responsável por conferir à vida na cidade uma dimensão hiperbólica, como nos dão exemplo as

megalópoles, marcadas por uma ambiguidade insolúvel, pois ao mesmo tempo que se mostram uma fonte inesgotável de bens e serviços variados e postos ao alcance da mão, abrigam dentro de si ilhas de desconforto e insegurança, como testemunham as manchetes dos jornais e os noticiários televisivos, repletos de notícias sobre os transtornos provocados pelo *modus vivendi* urbano, dentre os quais o mais evidente é o crescimento incontrolável da violência, donde resulta que, se por um lado o viver na cidade inspira confiança, ele inspira igualmente o medo. Desse ponto de vista, hoje, mais do que nunca, a cidade se impõe como um desafio a ser compreendido e decifrado, razão pela qual se multiplicam as investigações dedicadas a contribuir de algum modo para minimizar os impactos que uma convivência maciça de pessoas num ambiente restrito tem trazido não apenas para as relações sociais, mas para o meio ambiente, pois, como é público e notório, as cidades criam e produzem, mas também destroem e degradam.

Quanto nos debruçamos sobre o estudo das cidades sob uma perspectiva diacrônica, partindo do foco primário de urbanização que foi o sul da Mesopotâmia, território identificado como País de Sumer ou Suméria, encontramos diante de um fenômeno que alguns pesquisadores costumam explicar em termos econômicos, pretendendo amiúde, como o fez certa vez Henri Pirenne, que a cidade seja “filha do comércio”, vale dizer, que a experiência urbana resulte da necessidade de os agricultores do Neolítico comercializarem o excedente da produção, obtendo em troca utensílios confeccionados pelos artesãos urbanos. Por essa interpretação, a cidade, ao permitir que determinados indivíduos se ausentem do plantio e da criação de animais para viver da produção e troca de utensílios artesanais, dos quais aqueles feitos de metal seriam os mais valiosos, se definiria, antes e acima de tudo, pela especialização do trabalho que promove. Uma explicação como essa, é bom que se diga, desconsidera por completo as evidências segundo as quais a cidade, desde o seu surgimento e ao

longo de toda a Antiguidade, foi de modo bastante evidente uma realidade *política*, uma modalidade particular de associação coletiva por meio da qual os indivíduos não apenas subverteram os arranjos societários herdados do Neolítico, como o fizeram num espaço próprio, modelado conforme as exigências da centralização do poder que então se impunha. Nesse sentido, a cidade antiga é uma experiência que não pode ser, de modo algum, dissociada das relações de poder cristalizadas em torno do Estado. Por outro lado, considerando os aspectos sobrenaturais que cercam o surgimento da cidade – um recinto posto desde sempre sob a proteção dos deuses e que com eles mantém uma relação privilegiada –, é impossível, do mesmo modo, separar a experiência urbana da experiência religiosa, como demonstram os líderes políticos responsáveis pelo controle da cidade, os quais costumavam se apresentar como os porta-vozes das divindades e os executores de seus caprichos. Em face dessa constatação, temos por objetivo discutir, neste capítulo, os vínculos entre cidade e poder na Antiguidade Clássica, com a finalidade de demonstrar como, entre gregos e romanos, a conformação física das cidades seguiu de perto as configurações do corpo político.

### **A EXPERIÊNCIA DAS ‘PÓLEIS’**

No Mediterrâneo ocidental, as linhas de força do processo que investigamos são representadas pelas civilizações grega e romana, responsáveis por produzir uma autêntica equiparação entre a cidade, compreendida em termos territoriais, e a comunidade cívica que nela habita. Começando pela Grécia, temos a emergência de uma realidade na qual o espaço urbano transformado pela ação do homem e o corpo de cidadãos passam a conviver em estreita simbiose, como nos revela a ambiguidade contida no vocábulo *pólis*, empregado para designar a um só tempo a cidade do ponto de vista físico e o regime de governo republicano aí instalado. A *pólis* é uma experiência que surge no século VIII a.C. como uma

reação mais ou menos generalizada aos regimes monárquicos então vigentes em território grego. A *pólis* designa, a rigor, uma comunidade que se autogoverna. Como, em geral, o território *políade* apresentava uma extensão reduzida, convencionou-se chamá-la “cidade-Estado”, mas esse termo não é uma tradução apropriada para *pólis* por dois motivos: em primeiro lugar, pelo fato de ignorar a população assentada na zona rural (*khóra*) que constituía a maioria dos cidadãos e, em segundo lugar, por sugerir que o núcleo urbano governava o campo, o que não é correto, pois havia *póleis* que não contavam sequer com um centro urbano propriamente dito, a exemplo de Esparta, cuja localização geográfica exata é ainda hoje motivo de discussão entre os arqueólogos.

As *póleis* surgiram inicialmente na Grécia Continental, nas ilhas do Egeu e no litoral da Ásia Menor, tendo sido mais tarde, no decorrer das duas vagas de “colonização” (750 e 650 a.C.), transplantadas para os territórios do Mediterrâneo Ocidental e para o litoral do Ponto Euxino (Mar Negro). Devemos assinalar, no entanto, que as *póleis* não existiram em todas as regiões da Grécia. A Tessália, a Arcádia e a Macedônia, por exemplo, conservaram uma estrutura de realeza tribal (Estado-*Ethnos*), embora, do ponto de vista etnocultural, fizessem parte do mundo grego. O número elevado de *póleis* atesta uma excessiva fragmentação do poder na fase posterior à Idade Homérica (1200 a 800 a.C.). Para explicar esse processo, alguns autores, recorrendo ao determinismo geográfico, sustentaram no passado a hipótese, hoje amplamente desacreditada, segundo a qual as regiões nas quais surgiram as *póleis* eram montanhosas e de comunicação difícil, o que concorreu para o seu isolamento. Em contraposição a isso, argumentou-se que as condições geográficas não são capazes de explicar as razões pelas quais a Ática se organizou em torno de Atenas enquanto a Beócia, um território vizinho com uma extensão um pouco maior, se dividiu numa dezena de *póleis* distintas. Conquanto seja muito difícil encontrar uma explicação razoável para essa fragmentação,

é forçoso reconhecer a importância dos fatores de natureza cultural, uma vez que durante muito tempo vigorou, entre os gregos, a crença de que a *pólis* era a única modalidade aceitável de organização social para o homem civilizado, como sustentou Aristóteles ao declarar que o homem era um *zoon politikon*, ou seja, um animal destinado a viver numa *pólis*.

Em termos da ocupação territorial, a *pólis* costumava apresentar um centro urbano, que durante muito tempo não passou de um vilarejo, residência dos mais abastados, e um recinto de reunião do corpo cívico denominado ágora. Antes de ser uma praça de mercado ladeada por edifícios públicos, a ágora foi um descampado no qual ocorriam as assembleias dos cidadãos. As *pólis* possuíam também uma acrópole ou cidade-alta (região elevada e de difícil acesso onde se encontrava o templo das principais divindades) uma *khóra* (zona rural) e, na medida do possível, um porto. Já no que diz respeito à organização política, as *pólis* apresentavam como características a tripartição de governo em assembleias, conselhos e magistraturas; a participação direta dos cidadãos no processo político por meio da ocupação das instâncias acima referidas; e a inexistência de separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entre religião e política. As magistraturas eram, em geral, regidas pelos princípios da anualidade e da elegibilidade e costumavam ser agrupadas em colégios a fim de evitar a concentração de poderes nas mãos de um único indivíduo. Os conselhos, sempre de extensão restrita, poderiam ser vitalícios ou não, ao passo que as assembleias eram abertas à participação de todos os membros do corpo cívico. A organização em cidade-Estado nada nos informa sobre o regime de governo, que poderia ser a aristocracia, a oligarquia ou a democracia. No caso da aristocracia, a inclusão no corpo cívico obedeceria a critérios de linhagem, de modo que somente os melhores, os *aristoi*, agrupados em famílias extensivas (*gene*), eram considerados cidadãos, podendo assim exercer ativamente a política. Em contrapartida, a população comum, genericamente

denominada *demós*, estava alijada da participação na cidade. A oligarquia, por sua vez, poderia ser definida como o governo dos mais ricos, ou seja, daqueles que apresentavam um nível mínimo de riqueza, variável de região para região. Já a democracia é em geral qualificada como o governo da maioria. Num regime democrático, o corpo de cidadãos é ampliado e a assembleia (*ecclesia*) assume o primeiro plano na vida política, embora as principais magistraturas permaneçam nas mãos dos mais ricos. No seu início, todas as *pólis* foram aristocráticas, pois o poder era monopolizado por um conjunto restrito de famílias que, contando com a autoridade conferida pela tradição, controlavam o acesso às instâncias políticas. Posteriormente, uma parte delas caminhou rumo à instauração da oligarquia e a outra, da democracia.

**Figura 7**

Colina da *Pnix*, que integra o conjunto arquitetônico da Acrópole, em Atenas. Era no recinto da *Pnix* que a assembleia ateniense (*ecclesia*) se reunia, no período clássico (séc. V a.C.), para deliberar. A *ecclesia* era a instituição principal da democracia ateniense e dela todo cidadão do sexo masculino maior de dezoito anos poderia participar.



Em toda a Hélade, assim como em Roma, o exercício da política era um privilégio dos homens, dela encontrando-se excluídas as mulheres, as crianças e os escravos. As *póleis* se estruturavam conforme o sistema do cidadão/camponês/soldado, de maneira que o mesmo indivíduo deveria atuar na política, prover o sustento de sua família e defender sua cidade, não existindo, a princípio, especialização militar. Nesse caso, como em tantos outros, a exceção mais notável foi Esparta, cujo corpo cívico era constituído por hoplitas em tempo integral, treinados para manter sob vigilância constante a população hilota explorada em caráter compulsório. A competição era um elemento característico da *práxis* política na Antiguidade, devendo-se distinguir apenas as cidades nas quais essa competição era restrita a um seletivo grupo de cidadãos e aquelas nas quais os pobres tinham uma atuação efetiva. Como todas as *póleis* apresentavam uma participação popular em



algum nível, nem que fosse apenas por ocasião da eleição dos magistrados, os líderes políticos eram compelidos a manobrar para obter apoio. A política antiga não era representativa, não comportando partidos políticos e nem engrenagem de bancada. O voto era direto e condicionado pelos debates. É importante assinalar que a liderança das *pólis*, mesmo em Atenas durante o auge da democracia, sempre foi um patrimônio dos ricos pelo fato de que a eles cabia a maior parte das despesas de guerra e de manutenção da cidade, o que era cumprido por intermédio de um eficiente sistema de munificência pública. Além disso, a política, em nível de liderança, era uma atividade que não contava com nenhum tipo de remuneração, exigindo-se assim do candidato recursos suficientes para se manter. Dentre todos os regimes que vigoravam na Grécia, o democrático foi o que mais espaço concedeu à participação política de toda a comunidade cívica. As assembleias eram franqueadas a todos e os seus poderes eram teoricamente ilimitados. Atenas foi a *pólis* que melhor resolveu o problema da participação dos pobres na política por intermédio da mistoforia, um sistema de retribuição financeira pelo dia de trabalho perdido em prol dos assuntos públicos.

### **A 'CIVITAS' REPUBLICANA (509 A 31 A.C.)**

Em Roma, o exercício da política também se encontrava intimamente conectado à organização do espaço urbano, visto que a *civitas* republicana tem como antecedente necessário a *Urbs*, a cidade fundada na época da realeza. De acordo com a tradição, logo depois de uma fase inicial em que Roma emerge como uma monarquia independente governada por reis de origem latina e por uma aristocracia reunida no Senado, veio se sobrepor, em algum momento do século VII a.C., um poderio estrangeiro, resultado da expansão dos etruscos rumo à Campânia. No passado, havia a tendência a se considerar Roma uma cidade fundada durante a fase de dominação etrusca. Na realidade, embora a Arqueologia

demonstre que a Roma arcaica pertencia à mesma civilização das cidades etruscas, não podemos qualificá-la como uma “cidade etrusca” em termos estritos, uma vez que em pleno século VI a.C., período de máxima expansão etrusca sobre a Península Itálica, as inscrições públicas eram redigidas em latim, o que sugere uma autonomia linguística – e sem dúvida política – da cidade. Além disso, a drenagem do fórum romano remonta aproximadamente a 625 a.C., sendo portanto anterior ao governo de Tarquínio Prisco, o primeiro monarca etrusco. Durante a fase de dominação etrusca, os conquistadores não respeitaram a *auctoritas patrum* do Senado nem as prerrogativas da aristocracia e por isso foram tidos como vis e traidores. No entanto, os reis etruscos, ao exercerem um poder central forte, minaram os alicerces das *gentes* patrícias, auxiliando na integração das populações assentadas no território da *Urbs*. Em meados do século VI a.C., o governo de Sérvio Túlio, sucessor de Tarquínio Prisco, parece representar um momento de adoção de diversas reformas, dentre as quais uma das mais importantes foi a distribuição da população livre em quatro tribos territoriais urbanas – Colina, Esquilina, Palatina e Suburana – e dezessete tribos *rusticae*, isto é, rurais. A partir de então, a população passa a se organizar em bases geográficas, superando-se assim os marcos familiares das *gentes*, ao menos para efeito de composição do corpo cívico. Sérvio Túlio parece ser o responsável também pela repartição dos infantis em classes censitárias constituídas por um número fixo de centúrias. O termo *classis*, derivado do latim *calatio* (chamada, convocação), significava o conjunto dos cidadãos recrutáveis para a guerra. Abaixo, ficavam os que não possuíam condições de se armar e, portanto, não participavam do exército, razão pela qual eram denominados *infra classem*. Tal reforma se conecta com a criação ou pelo menos a institucionalização da assembleia do *populus* em armas, os *comitia centuriata*, destinada a desempenhar um relevante papel no decorrer da República. Com

as suas reformas, Sêrvio Túlio, ao mesmo tempo que enfraquece o controle da aristocracia sobre a *Urbs*, favorece a integração da população urbana, o que terá um impacto decisivo na criação da *civitas*, acontecimento que, segundo a tradição, ocorre em 509 a.C., com a derrubada dos reis e a instauração da República, momento em que os cidadãos em seu conjunto se apoderam da cidade, num movimento semelhante ao que ocorreu na Grécia entre os séculos VIII e VII a.C.

Em termos político-institucionais, podemos dizer que Roma é uma *civitas* governada pelo *populus*, de modo que o Estado romano é constituído pelo conjunto dos cidadãos e pelos assuntos que a eles dizem respeito. As principais categorias que definiam esse Estado eram, em primeiro lugar, a *res publica*, associação implantada após a superação da realeza e que era tida como uma *libera civitas*, uma comunidade que se autogovernava conforme a livre iniciativa dos seus componentes visando ao bem comum. Em seguida, temos a *civitas*, estatuto sociojurídico de uma comunidade independente e soberana em relação aos seus bens e indivíduos, ancorada na reverência para com os deuses e no respeito às leis e assentada num território urbano (*urbs*) e rural (*ager*). A *civitas* era uma entidade unitária, empenhativa e totalitária, no sentido de que a adesão a ela era integral, adquirindo a vontade coletiva uma precedência extraordinária diante dos interesses e caprichos individuais. Uma das características mais evidentes desse Estado era a soberania da *Lex*, de modo que as relações de mando e obediência se encontravam sob a chancela da lei emanada segundo o princípio da soberania do *populus*. Os cidadãos obedeciam às leis criadas pela vontade política de fazer do direito o meio de regular as relações humanas. Por último, temos a categoria *populus*, compreendida não como sinônimo de “povo”, ou seja, de habitantes de um determinado território, mas como a totalidade do corpo cívico constituído por indivíduos do sexo



masculino aptos a participar da política. Cumpre notar que, na República, não havia uma especialização funcional, sendo todos os cidadãos credores e devedores da comunidade na condição de soldados, contribuintes, eleitores e candidatos.

O desenvolvimento da República ao longo dos seus quinhentos anos de existência não foi linear, mas antes marcado por diversos conflitos internos e externos. Por ocasião da sua implantação, a República é controlada pelos patrícios, membros da aristocracia organizados em linhagens gentílicas cujos desafios são garantir a independência de Roma e o controle do poder político. Roma vive então os dilemas próprios de outras cidades

**Figura 8**  
Recinto da *Curia Julia*, edifício construído entre os governos de Júlio César e Otávio Augusto (44 a.C.–29 a.C.) para abrigar as reuniões do Senado romano. Danificado por um incêndio, foi restaurado sob o governo de Diocleciano (284–305 d.C.). A *Curia* integrava o complexo arquitetônico do fórum romano.

contemporâneas a ela, quais sejam: a) necessidade de expansão territorial para a manutenção do território vital e da soberania; b) ameaça de outras cidades e tribos do Lácio, o que conduz ao desenvolvimento da organização militar e das técnicas de recrutamento; c) necessidade de integrar a comunidade que habitava os espaços urbano e rural de acordo com os princípios de uma cidade-Estado antiga. No início, como a cidade foi dominada pela aristocracia patrícia, amplos setores da população que não estavam integrados nas *gentes* nem assimilados nas redes de clientela/patronato não tinham reconhecida a sua condição de cidadania. Esses setores são *grosso modo* identificados como plebeus, os quais lutarão pela igualdade de direitos civis e políticos num longo conflito encerrado em 287 a.C., com a aprovação da *Lex Hortensia*, que converteu o *consilium plebis*, a antiga assembleia da plebe, nos *comitia tributa*, ou seja, na assembleia dos cidadãos repartidos em tribos. Desse modo, o alargamento gradual do corpo cívico e o incremento da sua solidariedade foram acontecimentos simultâneos à formação das instituições políticas, militares e jurídicas da República.

Em Roma, assim como na Grécia, a política era uma atividade em tempo integral, um estilo de vida, e o acesso a ela era extremamente competitivo. Roma era controlada por uma elite política patrício-plebeia – a *nobilitas* – que, para governar, não se apoiava tão somente na linhagem familiar, mas dependia do reconhecimento público, da eleição e do exercício do patronato individual e comunitário. A liderança ficava a cargo dos setores mais ricos da comunidade, os assim denominados *boni* e *optimi*, que, na condição de magistrados, iniciavam uma carreira capaz de conduzi-los ao Senado. Em latim, o termo *magistratus* significa “o que é ou pode mais”. Logo, o magistrado era muito mais um portador do poder estatal do que um funcionário público, cabendo aqui lembrar que a República romana não possuía burocracia, razão pela

qual o próprio magistrado deveria prover o pessoal administrativo necessário para o desempenho das atividades pelas quais era responsável. Somente aos poucos foi se desenvolvendo um embrião de burocracia, com os escribas, lictores, e *viatores*. Além disso, o exercício de cargo público em Roma era considerado um *honor*, de modo que ninguém recebia remuneração pelos serviços prestados à cidade. As magistraturas costumavam ser eletivas e anuais, havendo, no entanto, algumas exceções, como no caso da ditadura e da censura. Os magistrados formavam amiúde um colégio de pelo menos dois membros, mas cada um possuía a competência integral que o cargo lhe atribuía. A fim de evitar abusos no exercício do poder, havia o dispositivo legal da *intercessio*, que permitia a um magistrado vetar a decisão do outro. Só poderia se candidatar às magistraturas um ingênuo (nascido livre) cuja ascendência remontasse à segunda geração, que não fosse condenado judicialmente e que não exercesse um ofício remunerado. Em ocasiões normais, não era autorizada a repetição de uma magistratura nem a acumulação de várias por um único indivíduo. Durante o exercício do seu mandato, o magistrado não estava sujeito a ninguém, mas finda a magistratura poderia ser chamado a prestar contas dos seus atos. Com o tempo, foi se fixando o *cursus honorum*, a carreira das honras composta pelas diferentes magistraturas. Em 180 a.C., por meio de texto legal, esse *cursus* foi regulado, obrigando-se um intervalo de dois anos entre as magistraturas e a exigência de prestação de serviço por dez anos como tribuno militar de uma legião para aqueles que desejassem fazer carreira política. Essas regras, no entanto, foram diversas vezes burladas, especialmente na fase final da República, quando a guerra civil adquiriu contornos endêmicos. Em Roma, existia um acirrado confronto nas eleições para as magistraturas, com o suborno de eleitores e a extorsão das províncias, obrigadas a sustentar os vultosos gastos das campanhas eleitorais.

## CURSUS HONORUM – QUADRO SINÓPTICO

| Magistratura          | Membros | Funções  | Mandato      |
|-----------------------|---------|--|--------------|
| Consulado             | 2       | Comando do exército, liderança da República, exercício da justiça  | 1 ano        |
| Pretura               | 8       | Comando de exército, exercício da justiça  | 1 ano        |
| Censura               | 2       | Confecção da lista de cidadãos e de senadores, vigilância sobre a moral e os bons costumes, purificação da <i>Urbs</i> | 1 ano e meio |
| Edilato               | 4       | Controle policial de Roma, manutenção de ruas e edifícios, abastecimento da cidade, patrocínio de jogos e festivais    | 1 ano        |
| Tribunato da plebe    | 10      | <i>Auxilium</i> ao conjunto dos cidadãos e redação de leis   | 1 ano        |
| Questura              |         | Administração do Erário e manutenção dos arquivos do Estado  | 1 ano        |
| Ditadura <sup>3</sup> | 1       | Plenos poderes para reorganizar a República  | 6 meses      |

À parte as magistraturas, que desempenhavam um papel significativo para a dinâmica do sistema político romano, podemos

---

3. A ditadura romana, na realidade, não compõe o *cursus honorum*, mas é uma magistratura excepcional, acionada apenas em momentos de grave crise para a República, quando então se nomeava um ditador com plenos poderes. Contra sua ação o veto dos tribunos não surtia efeito.

afirmar que o Senado era, ao fim e ao cabo, o bastião da República. Seu número total compreendia 300 membros, escolhidos dentre os cidadãos mais e ricos e prestigiados. A nomeação para o Senado ocorria após o exercício do consulado e era vitalícia, mas com possibilidade de expulsão por conduta imprópria. Sila elevou o Senado para seiscentos membros e César para novecentos. Com Sila, decidiu-se que a investidura da questura já daria lugar ao Senado. O Senado era convocado pelo cônsul, pretor ou tribuno da plebe, que o presidiam. Os senadores discursavam conforme uma hierarquia, falando os antigos cônsules e censores em primeiro lugar. O mais afamado era o *princeps senatus*, que detinha o privilégio de ser inscrito em primeiro lugar no álbum senatorial elaborado pelos censores. Após os debates ocorriam as votações que resultavam no *senatus consultum*, um dos fundamentos jurídicos do direito romano no período republicano. O Senado conservava a *auctoritas patrum*, prerrogativa segundo a qual nenhuma decisão popular poderia entrar em vigor sem a autorização do Senado. No entanto, com a aprovação da *lex Hortensia*, decidiu-se que as decisões tomadas nos *comitia tributa* (o antigo *consilium plebis*) não estariam mais submetidas à sanção senatorial prévia. Praticamente todas as atividades do Estado romano eram supervisionadas pelos senadores, principalmente as que diziam respeito à política externa. O Senado decidia sobre as operações militares e proporcionava os meios necessários para executá-las, incluindo a arrecadação de fundos; celebrava a paz, distribuía províncias e recebia embaixadas. No âmbito interno, sua função primordial era gerenciar o Erário depositado no templo de Saturno, cunhar moedas e administrar as terras públicas obtidas mediante a extensão do Império.

O terceiro componente institucional da República romana eram as assembleias (*comitia*) do *populus*, que reuniam todos os cidadãos, embora o voto fosse em bloco e não individual. A realização das assembleias dependia da consulta aos *auspicia*, ou seja, da vontade dos deuses. Nelas, o voto não era secreto e não havia

debate nem emendas às propostas apresentadas, cabendo aos cidadãos apenas pronunciar-se contra ou a favor de uma determinada proposta. Para que fossem válidas, deveriam ser convocadas em dias declarados propícios (*fasti*) pelos magistrados. As assembleias romanas eram três. A mais antiga eram os *comitia curiata*, reunião das trinta cúrias e que tinha como principal encargo votar a *lex curiata de Imperio*, que concedia o *imperium*, um amplo feixe de poderes militares, políticos, jurídicos e religiosos, aos cônsules e pretores. Com o passar do tempo, os *comitia curiata* foram perdendo a importância, a ponto de muitos cidadãos ignorarem a cúria à qual pertenciam. Em seguida, temos os *comitia centuriata*, cujo princípio de organização eram as centúrias agrupadas em classes censitárias. A partir de 287 a.C., como mencionamos, surgem, em substituição ao *consilium plebis*, os *comitia tributa*, assembleia formada pelo conjunto do *populus* repartido nas 35 tribos. Em Roma, a adscrição do indivíduo a uma tribo era o sinal distintivo da cidadania. As assembleias possuíam funções eletivas, legislativas e judiciárias, mas em caráter restrito. Os *comitia centuriata* elegiam os cônsules e os pretores, votavam a paz e a guerra, julgavam os crimes punidos com a pena capital e aqueles cometidos contra o Estado. Já os *comitia tributa* elegiam os demais magistrados, votavam os plebiscitos e julgavam crimes punidos com a aplicação de multa.

## CONCLUSÃO

Em virtude da posição central ocupada, no mundo pós-Revolução Industrial, pela cidade, as reflexões sobre a construção do espaço urbano e sobre as modalidades de sua gestão/administração se convertem num tema da maior relevância, não apenas para os pesquisadores, mas também para os cidadãos, atordoados com o ritmo intenso de transformações que convertem as metrópoles em megalópoles e com todo o impacto daí advindo sobre as relações sociais entre grupos e indivíduos. O importante, no

entanto, é compreender que a cidade, embora por vezes pareça adquirir vida própria, não pode ser naturalizada e reificada, como se constituísse uma entidade trans-histórica e dissociada de seus habitantes. As cidades comportam decerto uma materialidade muitas vezes eternizada em pedra, mas elas também sugerem formas próprias de sociabilidade e de estruturação da comunidade política, de maneira que é na confluência entre os grupos sociais em interação – os usuários, por assim dizer – que elas são apropriadas, ressimbolizadas e incessantemente remodeladas. Para a compreensão dessa dinâmica, devemos conhecer a trajetória das cidades desde o seu surgimento, na passagem do Neolítico à civilização, com especial destaque para o período clássico, no qual o conjunto dos cidadãos assume o papel de protagonista na gestão dos assuntos públicos, incluindo a própria organização do território cívico, que recebe fontes, aquedutos, pórticos, teatros e ginásios, elementos tidos como indícios de refinamento cultural diante de um exterior inóspito e bárbaro. Por essa razão, os historiadores da Antiguidade têm uma importante contribuição a dar nas discussões contemporâneas que tentam racionalizar um objeto tão complexo e pulsante como a cidade, um objeto que, muito embora criado e gerido por nós, a todo momento tenta se esvaír por entre os nossos dedos.



## Capítulo 5

# CULTURA ESCRITA E PRÁXIS POLÍTICA NA GRÉCIA E EM ROMA



**A**s relações de poder, embora sejam, em última análise, relações entre grupos/pessoas, dependendo assim de uma grande dose de crença e de submissão, somente se efetivam por intermédio de símbolos capazes de fixar hierarquias, de reforçar ou enfraquecer posições, de distribuir estigmas ou carismas, deixando claro assim, para os integrantes do corpo social, quem detém muita, pouca ou nenhuma autoridade. Isso equivale a afirmar que o exercício do poder depende visceralmente dos *circuitos de comunicação* mobilizados no sentido de garantir para alguns uma posição superior diante dos demais. Dentre os instrumentos de comunicação manipulados desde o limiar da Revolução Urbana (3500 a.C.) para favorecer o domínio do Estado, a escrita e a leitura, sua correlata, ocupam uma posição de destaque, razão pela qual ambas traem, desde o início, uma cumplicidade com os padrões de repartição do poder impossíveis de serem ignorados, mesmo que ao longo do tempo observemos modificações substantivas na maneira pela qual os vínculos entre escrita, leitura e poder se atualizam. Tendo em vista essas considerações preliminares, nosso propósito, neste capítulo, é demonstrar como a habilidade de ler e escrever, que

hoje costumamos remeter ao campo da cultura e da formação educacional em um sentido lato, às vezes com a intenção subliminar de esvaziá-la do seu potencial transformador e contestador, mantém uma familiaridade visceral com o exercício do poder e da política. Para tanto, refletimos como, na Antiguidade, a escrita constituiu uma técnica que, ao fornecer aos homens da *pólis* ou da *civitas* as condições intelectuais de intervenção na política de sua cidade, favoreceu o pleno exercício da cidadania.

### **OS GREGOS E A ADOÇÃO DO ALFABETO FONÉTICO**

Após a destruição dos palácios micênicos, fato ocorrido entre 1200 e 1100 a.C., as relações comerciais dos gregos com os povos da Síria-Palestina, bastante intensas nos séculos precedentes, sofreram um rude golpe, sem que, no entanto, tenha ocorrido a paralisação do intercâmbio comercial na bacia do Mediterrâneo. A partir do final de 900 a.C., no entanto, a Grécia experimenta um novo surto demográfico, o que coincide com a reativação das redes de comércio mediterrâneas. Dentre os negociantes mais ativos à época, destacavam-se os fenícios, que já manejavam uma escrita fonética logo absorvida pelos gregos, vindo a resultar no alfabeto tal como o conhecemos. Os mais antigos exemplares da introdução da escrita fonética na Grécia provêm de dois vasos, descobertos em Atenas e em Ischia, na Magna Grécia, e que remontam ao final do século VIII a.C., coincidindo com a implantação da *pólis*, a cidade-Estado. Como o suporte grafado são artefatos de oleiro (vasos, ânforas), isso nos sugere que a escrita, nesse momento, não é monopólio de uma elite de escribas. Pelo contrário, parece que a escrita, desde o alvorecer da *pólis*, já constitui uma técnica empregada, não por intelectuais e administradores, mas por artesãos, o que lhe confere uma difusão social sem precedentes. Em reforço ao argumento da “democratização” da escrita na Grécia arcaica, podemos evocar o exemplo de Hesíodo, um humilde agricultor da Beócia, autor de *Os trabalhos e os dias* e de *A teogonia*, que, ao lado

da *Ilíada* e da *Odisseia*, compõem o *corpus* literário grego mais antigo do qual se tem notícia. A adoção da escrita fonética pelos gregos quando, por toda parte, as estruturas monárquicas estão sendo substituídas por um sistema de governo de tipo republicano, no qual os cidadãos, os autoproclamados *homoioi*, os iguais, chamam a si a tarefa de decidir, em conjunto, os rumos da comunidade à qual pertencem, é um fator decisivo para a própria conformação da ideia de *pólis*. De fato, conforme a cultura política então vigente, a *politeia*, a comunidade cívica, seria caracterizada, em primeiro lugar, por um forte senso de igualdade, de liberdade e de autonomia do cidadão, que não se submeteria a nenhuma autoridade, exceto à lei pactuada coletivamente. A *pólis*, ao se instituir, opera uma clivagem cada vez mais perceptível entre hábitos e atitudes arraigados numa tradição gentilícia, familiar, que atribuía às linhagens de parentesco, aos seus cultos, regras e tribunais domésticos um papel preponderante na dinâmica social. Com isso se estabelece um sentimento cada vez mais intenso de pertença a uma coletividade suprafamiliar fundada na solidariedade e na igualdade de seus membros e na publicidade da vida social, estabelecendo-se novos padrões de organização societária conformados em praça pública, na ágora, onde os adversários políticos se medem pela força do ágon, do combate oratório, numa tentativa de encontrar a melhor solução possível para os problemas comuns.

Num contexto como esse, no qual os bens simbólicos que garantiam o predomínio dos *gene*, das famílias extensivas assentadas nas unidades de produção e consumo doméstica (os *oikoi*), são apropriados pela comunidade, a escrita não poderia, naturalmente, recair sob o controle de uma categoria social qualquer, tendo logo sido mobilizada com a finalidade de reforçar os códigos culturais que estruturavam a *pólis* nascente, como um recurso adicional visando a garantir a autonomia do cidadão, forjando-se desse modo uma nova relação entre escrita e poder na qual a primeira não mais constituía um instrumento de coerção, mas antes

de promoção da igualdade social, muito embora essa igualdade dissesse respeito, antes e acima de tudo, ao indivíduo adulto do sexo masculino, o único a quem competia a tarefa de gerenciar a vida política da comunidade. Daí em diante, opera-se uma poderosa aliança entre escrita, leitura e cidadania que, com avanços e retrocessos, irá mais tarde interferir nas sociedades republicanas pós-Revolução Francesa, quando a alfabetização em massa, a valorização da leitura como veículo primaz de aquisição de conhecimento e a facilidade de acesso à informação serão compreendidas como fatores determinantes na formação de homens e mulheres aptos a contribuir para o desenvolvimento da sua nação, da sua região ou da sua comunidade.

Não obstante a *pólis* tenha como uma das suas condições de aparecimento o emprego da escrita alfabética, não seria correto supor a existência de uma *cultura escrita* propriamente dita. Num mundo em que se conferia um peso significativo à oralidade na transmissão de informações e no exercício da política, a palavra falada, recitada ou declamada nunca foi substituída pela leitura silenciosa. Pelo contrário, boa parte da literatura produzida na Grécia era lida em voz alta ou levada à cena nas apresentações do teatro, o que a tornava acessível inclusive àqueles que não sabiam ler. A rigor, a palavra escrita somente irá adquirir uma importância maior, inclusive no que diz respeito à constituição dos arquivos públicos, no decorrer da segunda metade do século IV a.C., quando haverá uma equiparação entre os documentos escritos e os testemunhos orais nas operações de comércio e no dia a dia dos tribunais.

Os gregos da *pólis* exploraram o potencial político contido na escrita, não tanto por meio do seu uso intensivo nos registros burocráticos, mas por meio da exibição das leis e tratados inscritos em pedra ou metal e afixados em praça pública, o que permitia a livre consulta e a livre interpretação por parte dos cidadãos. Desse modo, a *pólis* utilizava a escrita para impor uma autoridade cujo fundamento era o respeito à lei formulada coletivamente, ao

mesmo tempo que, podendo ser lidas pelos cidadãos, as leis se convertiam num importante vetor de promoção da isonomia, da igualdade perante a lei, um valor bastante caro aos gregos, o que nos leva a refletir sobre as condições de acesso à escola, especialmente no contexto de Atenas, uma vez que o sistema espartano, nesse aspecto como em tantos outros, foge bastante do padrão de ensino verificado no período clássico.

Uma das principais características do sistema de ensino ateniense que emerge entre os séculos VI e V a.C. é a substituição de uma educação calcada em valores militares por uma educação que poderíamos qualificar, ainda que sem certa dose de anacronismo, de “civil”, ou seja, orientada para o desenvolvimento de aptidões e habilidades intelectuais e não bélicas, muito embora o componente físico nunca tenha desaparecido por completo da formação oferecida ao jovem ateniense, como comprovam os exercícios do ginásio e a *efebia*, um treinamento militar específico cumprido dos dezoito aos vinte anos, mas que somente atingirá sua forma definitiva em finais do século IV a.C., já em época helenística. Mesmo no período em que as instituições democráticas se encontravam mais fortalecidas, ou seja, entre o término das Guerras Greco-Pérsicas (480 a.C.) e o término da Guerra do Peloponeso (404 a.C.), a educação ateniense foi orientada por valores aristocráticos, na medida em que o tempo livre e os recursos financeiros adequados eram condições indispensáveis para uma boa instrução. E, contudo, observamos um alargamento da cultura letrada que, aos poucos, passa a atingir os cidadãos comuns, os pequenos artesãos, comerciantes e agricultores que integram o *demos*. Tornada cultura do homem livre, a *paideia* grega não pode ser mais transmitida, como outrora, por meio de preceptores (os pedagogos), que atendiam, em caráter particular, os filhos da aristocracia, mas requer uma instituição capaz de proporcionar o acesso coletivo a ela, exigência atendida pelo surgimento da escola. Desse modo, a uma formação arcaica constituída pelas lições do pedótriba (mestre de

atletismo) e do citarista (mestre de música) e pelo aprendizado da poesia nas declamações dos banquetes, vem se sobrepôr uma formação literária voltada para o domínio da leitura e da escrita que, com o tempo, se converterá na espinha dorsal da *paideia*.

O domínio da escrita, mesmo rudimentar, parece ser uma realidade entre os atenienses no período imediatamente posterior às Guerras Greco-Pérsicas, pois um expediente como o ostracismo, o exílio por dez anos para o cidadão que porventura representasse uma ameaça à democracia, previa um sistema de votação no qual os eleitores registravam nos fragmentos de cerâmica (*ostraka*) a sua opinião. Esse período de ampliação da competência literária dos cidadãos em Atenas culmina com a passagem do livro destinado apenas a conservar a memória de fatos passados ao livro destinado à leitura, ao manuseio cotidiano. Nas ilustrações dos vasos áticos confeccionados no decorrer do século V a.C., vemos livros, sob a forma de *volumina* (rolos de papiro), utilizados em exercícios escolares. Às cenas de leitura propriamente ditas, nas quais primeiro predomina a figura masculina, logo vemos serem acrescentadas as mulheres. A prática da leitura, nesses casos, integra um contexto de sociabilidade, de entretenimento, e não de reclusão, embora a leitura silenciosa não se encontre ausente por completo, pois é possível encontrar em Eurípedes e Aristófanes, dramaturgos atenienses, alusões à leitura solitária de tabuinhas e de oráculos.

**Figura 9**

*Ostrakon* (fragmento de cerâmica sob a forma de concha) portando o nome de Aristides, filho de Lisímaco, que em 482 a.C. sofreu um processo de ostracismo e foi banido de Atenas. Aristides deveria permanecer ausente da *polis* por dez anos, mas em 480 a.C. foi autorizado a retornar, participando ativamente da Batalha de Salamina, na qual os gregos confrontaram os persas.



## A ESCRITA EM ROMA

Oral ou silenciosa, o certo é que, em Atenas, a escrita é mobilizada num contexto de publicidade da vida social proporcionada pela *pólis*, representando assim um incentivo à *práxis* política do cidadão e não mais ao domínio de um déspota ou monarca, razão pela qual o ofício de escriba nunca foi muito valorizado na Grécia. No caso romano, por sua vez, a situação é um pouco diferente, na medida em que, durante os dois primeiros séculos da República (séc. v e iv a.C.), Roma foi uma cidade marcada por uma forte cultura camponesa, atribuindo-se ao chefe de família (o *paterfamilias*) a responsabilidade pela educação dos filhos. Todavia, mesmo na fase final da realza (século vi a.C.) já dispomos de indícios do uso cotidiano do latim em artefatos e inscrições, o que parece sugerir a existência de um aprendizado de primeiras letras. Com a anexação da Magna Grécia à órbita de influência romana a partir de 272 a.C. e a intervenção crescente da República no jogo político do Mediterrâneo após as guerras contra Cartago, a Península Itálica é invadida pelos usos e costumes gregos, incluindo a cultura literária, surgindo assim os primeiros oradores latinos de formação grega. Ao mesmo tempo, a educação dos filhos da aristocracia se torna uma tarefa confiada aos pedagogos, escravos ou libertos que exerciam o magistério na qualidade de trabalhadores especializados. Em seguida, surgem as escolas romanas de ensino secundário, organizadas conforme os padrões helenísticos. O primeiro professor de literatura latina foi Lívio Andrônico, ele mesmo autor de uma tradução da *Odisséia* para o latim. No entanto, em virtude da escassez, em língua latina, de textos mais sofisticados, o ensino dessa literatura permaneceu restrito durante séculos, até que, sob o governo de Augusto (27 a.C.–14 d.C.), a contribuição de autores como Virgílio, Horácio e Propércio permitiu à literatura latina equiparar-se à grega. Já o ensino do latim em nível superior, fundado na retórica, somente floresce em Roma no decorrer do século I a.C., em grande parte devido à determinação de Cícero, que para tanto não poupou esforços. Não

obstante o *ethos* fortemente oligárquico da sociedade romana sob a República, não é descabido supor que os cidadãos menos abastados mantivessem com a escrita e a leitura uma relação de estreita familiaridade, como se depreende da quantidade de grafites, inscrições parietais e epigráficas que saturavam o recinto urbano.

Se até o século III a.C. a escrita, em Roma, possuía um uso religioso e aristocrático, servindo, por um lado, a atividades proféticas – como aquelas proporcionadas pelos *Livros Sibílinos*, uma coletânea de oráculos da sibila – e, por outro, à manutenção dos arquivos do Estado e à exaltação da memória dos *boni* ou *optimi* (os membros da elite), no século seguinte observamos uma expansão do uso do *volumen*, do rolo de papiro, em Roma, começando com os textos dos comediógrafos gregos, consultados pelos autores latinos como fontes de inspiração. Ainda de consumo limitado, os livros passarão a atrair um número maior de leitores no início do período imperial, quando por todo o Império ampliam-se as redes de circulação da cultura escrita, um corolário da disseminação do sistema escolar (ao menos nas suas fases iniciais, a das primeiras letras e do ensino secundário). Essa cultura, todavia, permanece um apanágio dos *municipia*, isto é, dos núcleos urbanos, nos quais a *paideia*, a formação educacional calcada no estudo da gramática, da retórica e da oratória, quer a grega quer a latina, conta com mestres qualificados e com recursos bibliográficos mínimos, realidade que contrasta agudamente com a zona rural, cujo acesso à escrita e à leitura permanece sempre precário. Nas cidades e seus arredores imediatos, ao lado de inscrições de todo tipo – epígrafes oficiais, grafites, anúncios de produtos e serviços, lápides funerárias – circula uma multidão de escritos: libelos difamatórios, calendários, cartas, poemas, além da documentação militar e jurídica cuja consulta, embora reservada a setores da burocracia romana, nem por isso é um indício menos importante quando se trata de valorar o alcance da cultura escrita ao adentrarmos a fase imperial, em fins do século I a.C. O aumento da demanda por livros conduz à criação,

ao menos nas cidades maiores, de bibliotecas públicas, à oferta de textos inéditos ou refeitos para a consulta dos novos leitores e à adoção de um novo suporte, o *codex*, ou seja, o livro composto de páginas retangulares independentes, em substituição ao rolo.

Quando refletimos sobre as redes de produção/consumo de textos no Império Romano, é impossível não reconhecer que os séculos I a V d.C. constituíram um momento especial no contexto de toda a Antiguidade, pois nunca, em época anterior, a cultura escrita fora tão valorizada. Para essa dinâmica, foi sem dúvida vital toda a tradição da cidade-Estado republicana, que não concebiam mais a escrita como um saber de teor esotérico, mas como um conhecimento acessível a todos aqueles que se dispusessem a obtê-lo. Essa “dessacralização” e “democratização” da escrita e da leitura, cujos limites, como assinalamos, foram o território urbano, estimularam inclusive a circulação de obras censuradas pelo poder imperial. Quando os poemas de Ovídio foram proscritos por Augusto, por volta de 8 d.C., a fidelidade dos romanos a um poeta tão querido na cidade fez com que seus textos fossem copiados e distribuídos ao arrepio da lei, atestando assim o quanto a leitura e a escrita podem ser, em certas circunstâncias, não instrumentos a serviço do poder instituído, mas estratégias de combate a esse mesmo poder. Essa face transgressora da escrita e da leitura será levada às suas últimas consequências, na Antiguidade, pela atuação dos cristãos, que, mesmo não contando com a benevolência das autoridades públicas e da sociedade romana em geral, fizeram de uma volumosa produção literária a pedra angular do anúncio da Boa Nova. Pela vastidão do Império, os cristãos propagavam a sua mensagem, definiam os fundamentos da crença que professavam e fortaleciam os seus laços identitários por intermédio de uma profusão de epístolas, tratados e homilias escritos em grego e em latim, quando não nas línguas nativas, como o siríaco, o aramaico e o copta. Ocorre, no entanto, que toda essa efervescência literária, como dissemos, dependia visceralmente da existência

da cidade, pois constituía um traço distintivo da cultura cívica. Devido a isso, o colapso da malha urbana e o processo de ruralização daí decorrente, que, em fins do século V d.C., acompanham a desagregação do Império Romano do Ocidente, precipitaram toda a Europa numa nova fase, marcada por um retrocesso evidente nos circuitos de produção e difusão da cultura literária, quando então a escrita, uma vez mais, volta a ser manuseada por uma elite bastante ciosa do saber que detém: os monges e sacerdotes medievais, suspendendo-se assim, por séculos, o ímpeto anterior de expansão da base de leitores, tal como verificado sob o Império Romano.



**Figura 10**  
afresco de Pompeia retratando a poeta grega Safo de Lesbos (séc. VI–V a.C.), embora os historiadores não estejam de acordo quanto a isso. O afresco demonstra que, em Roma, as mulheres, ao menos as da elite, tinham acesso à educação formal, centrada no aprendizado da escrita e da leitura.

### A CAMINHO DA IDADE MÉDIA

Conectada, desde o seu surgimento, com o *modus vivendi* urbano, a escrita certamente teria dificuldades de prosperar num contexto marcado pelo abandono das cidades e pela ruralização,

como aquele que, no Ocidente, vislumbramos na passagem da Antiguidade à Alta Idade Média, quando a confecção de livros e inscrições epigráficas, emblemas de um ambiente cultural no qual a manipulação da palavra escrita e a leitura eram atividades até certo ponto corriqueiras, decrescem sensivelmente. Passo a passo, uma leitura mais discreta e de tom solene, concentrada no interior das igrejas, das celas, dos claustros e das escolas paroquiais, substitui a leitura silenciosa ou oral que, por séculos, havia sido feita nos jardins, nas praças e nos pórticos da cidade antiga, o que configura uma perda progressiva do sentido de publicidade que a escrita havia adquirido entre gregos e romanos. Uma vez mais, a escrita volta a apresentar uma conotação sagrada e hermética, sendo devolvida ao controle dos especialistas, que se destacam diante de uma multidão que aos poucos vai perdendo a capacidade de ler e escrever, ao mesmo tempo que todo o sistema educacional greco-romano definha junto com a cidade. Nesse contexto, destacam-se os clérigos católicos, imbuídos da missão de preservar e transmitir uma literatura hierática por excelência, como aquela consignada nas Escrituras, além de um conjunto paralelo de textos de edificação espiritual formulados pelos Padres da Igreja. Em face de uma situação como essa, não é de se estranhar a adoção de um sistema de leitura silenciosa ou murmurada, como convinha a leitores que manipulavam textos revelados, mas sem que a leitura em voz alta tenha sido abolida, muito pelo contrário, pois diante de uma multidão de iletrados a única maneira eficiente de transmissão de informações, à parte as representações iconográficas, cada vez mais abundantes nas igrejas e mosteiros, era a leitura em voz alta feita por alguém que soubesse ler, não sendo por acaso que, no decorrer dos ofícios litúrgicos, passagens do Antigo e do Novo Testamento eram proclamadas à assembleia, um hábito que integra a liturgia cristã até os dias de hoje.



## capítulo 6

# O IMPÉRIO ROMANO E O CRISTIANISMO



### OS PRIMÓRDIOS

O surgimento do cristianismo como mais uma religião no contexto do Mundo Antigo não comportava, de início, nada de excepcional. Numa Judeia cindida em inúmeras facções religiosas, algumas das quais caracterizadas pela atitude francamente hostil que dispensavam aos invasores romanos, os cristãos representavam mais uma corrente espiritual oriunda do judaísmo, com o qual mantiveram contato estreito durante quase todo o século I. Após a destruição do Templo de Jerusalém por Tito, em 70, a proximidade entre o cristianismo e o judaísmo se torna, no entanto, insustentável, ocorrendo a dissociação progressiva entre os seguidores de ambas as religiões, até o ponto em que uma passa a ser vista em confronto direto com a outra. Ao adentrar o século II, o diálogo entre judeus e cristãos é praticamente interrompido.

Tácito (*Ann.* xv, 44), um dos mais importantes autores romanos do Alto Império (31 a.C. a 235 d.C.), considerava o cristianismo um flagelo pernicioso surgido na Judeia em torno do qual se reuniam indivíduos que nutriam ódio pelo gênero humano, o que bem podia significar uma acusação de magia, razão pela qual o cristianismo representou, desde cedo, uma superstição

(*superstitio*), uma falsa religião, ameaçadora para a segurança do Estado (GRODZINSKY, 1974). Na condição de adeptos de uma religião exótica, os cristãos eram acusados de todo um conjunto de transgressões que os tornavam odiosos para os pagãos (BENKO, 1980, p. 1064). Em suas reuniões secretas, supunha-se a ocorrência de sacrifícios de crianças, atos de canibalismo, orgias sexuais e práticas necromânticas, incluindo a invocação do espírito de um criminoso supliciado, Jesus, que se considerava dotado de uma extraordinária capacidade mágica. Os cristãos eram igualmente detestados pelo monoteísmo inflexível que os levava a rejeitar tanto a devoção às divindades pagãs quanto o culto imperial. A partir do século II, Justino de Roma e seu discípulo, Taciano, inauguram a polêmica contra a apoteose dos imperadores, sendo seguidos por outros autores cristãos, como Clemente de Alexandria, para quem a apoteose e o culto imperial eram apenas o último dos processos geradores de falsos deuses, após a divinização dos astros e dos elementos telúricos. Tal polêmica, ao fim e ao cabo, só reforçava a animosidade nutrida pela população pagã contra os cristãos (BEAUJEU, 1972, p. 109 e ss.).

Apesar do monoteísmo, os cristãos não adotaram, de modo geral, uma posição de hostilidade declarada à autoridade romana. Mesmo Tertuliano, um crítico feroz do culto imperial, permaneceu fiel à tradição estabelecida por Paulo segundo a qual o poder do imperador era delegado por Deus, o que exigia dos cristãos obediência estrita à ordem romana. Nem todos os cristãos se conformavam aos ensinamentos de Paulo, como comprovam algumas comunidades espirituais que pregavam o fim dos tempos e o retorno iminente de Cristo, acontecimentos que coincidiriam com a derrocada do próprio Império Romano (BERARDINO, 2002, p. 127). Essas comunidades produziram uma abundante literatura apocalíptica da qual o exemplar mais ilustre é, sem dúvida, o *Apocalipse de João*, texto considerado canônico pela Igreja. De qualquer modo, a capacidade de resistência dos cristãos ao Estado romano

era mínima, não tendo ocorrido, na Antiguidade, nenhum movimento político cristão contra o Império. Isso talvez explique, em parte, a relativa indulgência manifesta pelos imperadores para com o cristianismo durante os primeiros séculos da era imperial.

Quando nos debruçamos sobre o estudo das relações entre o cristianismo e o poder imperial no Principado, somos surpreendidos por um autêntico desinteresse das autoridades romanas para com os cristãos. A rigor, uma comunicação regular entre os imperadores e a Igreja só se estabelece no século II, mediante a elaboração das apologias, obras nas quais os autores cristãos se dirigem à corte com o intuito de expor os princípios da fé que professam e solicitar a benevolência dos imperadores. Excetuando o caso de Nero e, muito provavelmente, o de Domiciano, não temos conhecimento nem da condenação direta de cristãos pela casa imperial nem da promulgação de uma lei geral (*edito*) contrária ao cristianismo. Na verdade, os pronunciamentos imperiais acerca do cristianismo ocorriam amiúde a partir de uma consulta feita à chancelaria imperial por parte do governador de província, das comunidades municipais ou de particulares. À resposta dada pelo imperador se atribuía o nome de *rescriptum*, que tinha força de lei (MILLAR, 1992, p. 555). O primeiro caso atestado de uma consulta à casa imperial sobre os cristãos data de 110–111 quando Plínio, então governador da província do Ponto, na Ásia Menor, escreve a Trajano solicitando orientação sobre como proceder diante dos acusados de praticar o cristianismo. Em sua resposta à consulta, o imperador aconselha Plínio a punir os cristãos que não sacrificuem aos deuses pagãos, mas o proíbe de empreender o patrulhamento dos cristãos ou acolher denúncias anônimas. Nesse momento, a repressão oficial aos cristãos dependia muito mais de uma iniciativa da população local do que propriamente da vontade do poder imperial em erradicar o cristianismo.

Favorecido pela clemência imperial, o cristianismo se expandia com um ímpeto cada vez maior, alcançando inclusive a elite

romana. Em finais do século II, observamos a presença inquestionável de cristãos na casa imperial, pois sabemos que Márcia, a concubina de Cômodo, interferiu com sucesso em favor dos cristãos condenados a trabalhos forçados na Sardenha (DANIÉLOU; MARROU, 1984, p. 156). Conta-se, inclusive, que Severo Alexandre, o último imperador da Dinastia dos Severos, venerava em seu larário as imagens de Orfeu, Apolônio de Tiana e Jesus, ao menos se dermos crédito, nesse caso, à História Augusta (*Hist. Aug.* xxix, 2). Para tanto, foi imprescindível a adoção, na passagem do I para o II século, de uma rígida organização hierárquica fundada na liderança do bispo sobre a sua comunidade, como vemos proposto nas cartas de Inácio de Antioquia a diversas igrejas do Oriente e do Ocidente. Com o tempo, cristaliza-se uma hierarquia eclesástica composta pelo bispo – um líder com amplos poderes sobre a congregação –, presbíteros, diáconos, exorcistas e leitores. No Oriente, durante certo tempo vigorou ainda a ordenação de diaconisas para auxiliar nos trabalhos de assistência às mulheres.

### **TEMPOS DIFÍCEIS**

Em 235, com o assassinato do imperador Severo Alexandre, instaura-se a Anarquia Militar, um período de guerra civil que trouxe consequências dramáticas tanto para o Estado quanto para a Igreja. Num intervalo de aproximadamente cinquenta anos, mais de vinte imperadores se sucedem, reinando muitas vezes ao mesmo tempo. Um dos resultados mais evidentes dos problemas políticos que se propagaram no decorrer da Anarquia Militar foi, sem dúvida, o enfraquecimento da imagem do imperador e da crença na grandeza e eternidade de Roma, o que levava os contemporâneos a indagar sobre as razões pelas quais os deuses não teriam intercedido em favor dos romanos. Num contexto como esse, era mais do que previsível que um ou mais grupos fossem apontados como responsáveis pelas calamidades, razão pela qual os cristãos não tardaram a ser tomados como bodes expiatórios da crise. Nos

primeiros anos da Anarquia Militar, não observamos ainda uma atitude hostil do poder imperial para com os cristãos. De acordo com Eusébio de Cesareia (*Hist. Eccl.* VI, 41), Orígenes mantinha correspondência com o imperador Filipe, o Árabe e com sua esposa, Otacília Severa. O imperador teria inclusive desejado participar de uma vigília pascal como penitente, o que exprime, sem dúvida, certa benevolência para com o cristianismo (PIETRI, 1995b, p. 156).

A ascensão ao poder de Décio, em 249, assinala uma alteração sem precedentes na maneira pela qual a casa imperial concebia o “problema cristão”, em virtude dos pronunciamentos gerais destinados a regular e/ou coibir o cristianismo que serão emitidos a partir de então. Com Décio, que pretendia restaurar o culto aos deuses tradicionais, o cristianismo se torna uma questão política, inaugurando-se assim o primeiro ciclo de perseguições oficiais aos cristãos. Desse momento em diante, a perseguição contra os cristãos assume uma dimensão institucional, escapando das retaliações locais sustentadas pelos populares sob instigação ou conivência dos representantes da autoridade pública para se converter em uma autêntica diretriz política. O imperador, pretendendo reafirmar as bases simbólicas de sua autoridade, conectada com os cultos ancestrais do panteão romano, o faz liderando a sociedade numa cruzada contra aqueles que, supõe-se, ameaçam a ordem imperial com tudo o que ela comporta de sagrado, o que nos fornece uma explicação acerca das razões pelas quais o imperador decide se voltar contra o cristianismo. Dentre os cristãos martirizados sob Décio, conta-se Fabiano, bispo de Roma.

Em 253, após um período turbulento iniciado com a morte de Décio, ascende ao poder Valeriano, que prossegue com as medidas contrárias ao cristianismo. Apesar do martírio de importantes líderes da Igreja à época, como Sexto, bispo de Roma e Cipriano de Cartago, a perseguição de Valeriano não alcançou o mesmo êxito que a de Décio, muito provavelmente devido à difícil situação vivida pelo poder imperial em fins da década de 250,

confrontado simultaneamente pelos bárbaros e persas. Em 260, o próprio Valeriano é capturado e morto pelos soldados do rei da Pérsia. Impossibilitado de dar continuidade à política religiosa de Valeriano, Galieno, seu filho e sucessor, apressa-se em suspender a perseguição ao cristianismo por meio de um edito autorizando os clérigos cristãos a realizar livremente suas celebrações religiosas.

Entre 260 e 303, instaura-se assim o que os especialistas denominam “Pequena Paz da Igreja”, um período no qual os cristãos desfrutaram de uma liberdade até então inédita, protegidos pela incapacidade do Estado em sustentar qualquer ação ostensiva no sentido de submetê-los. Como resultado direto da nova orientação política adotada pelo Estado romano, o cristianismo experimenta uma difusão considerável, num contexto de insegurança generalizada. O número de adeptos cresce continuamente, como atesta a construção de edifícios urbanos cada vez maiores para acomodar a assembleia de fiéis, ao passo que os cristãos invadem os postos da administração pública. As instituições cristãs se fortalecem sob a liderança dos bispos, que passam a gozar de influência e prestígio crescentes nos meios urbanos, especialmente por intermédio das obras de caridade, sob sua supervisão (DRAKE, 2002, p. 198). Ao mesmo tempo, as relações entre o Império Romano e a Igreja adquirem cada vez mais um teor institucional.

A superação definitiva da Anarquia Militar ocorre com a ascensão de Diocleciano, um camponês da Dalmácia que, fazendo carreira no exército, é aclamado imperador em 284. Diocleciano é o responsável pela execução de um amplo programa de reformas visando a garantir a governabilidade do Império. Pagão convicto, assumia o poder num momento em que se tornava cada vez mais evidente a necessidade de recuperar a dignidade imperial, desafiada por inúmeros contratemplos ao longo dos últimos cinquenta anos. A preocupação de Diocleciano com o fortalecimento do culto imperial mediante a reverência à pessoa sagrada do imperador o levava a valorizar as manifestações de devoção aos deuses

tradicionais de Roma, o que contrastava agudamente com a disposição dos cristãos em se manter fiéis a sua crença.

Diocleciano retoma, em fevereiro de 303, a política de perseguição ao cristianismo inaugurada por Décio e Valeriano, só que em proporções muito mais violentas em virtude da situação de relativa estabilidade alcançada pela sociedade imperial nos primeiros anos do século IV. É deflagrado, assim, o processo histórico conhecido como a Grande Perseguição (303–311), da qual Eusébio de Cesareia, na sua *História Eclesiástica*, nos legou detalhes inestimáveis. Embora mais intensa no início, a perseguição aos cristãos logo arrefece devido à grave crise política aberta com a renúncia de Diocleciano e Maximino, em 305. Após alguns anos de conflito, Galério, o sucessor direto de Diocleciano, decide proclamar o edito de tolerância de 30 de abril de 311, por meio do qual concedia liberdade de culto aos cristãos. O edito de 311 encerra, oficialmente, a Grande Perseguição. Doravante, a aproximação entre Estado e Igreja receberá um impulso decisivo com Constantino, um ex-pagão que se tornará herói e santo para os cristãos.

### **CONSTANTINO, SANTO E HERÓI**

Filho do imperador Constâncio Cloro e de Helena, Constantino se converteu ao cristianismo muito provavelmente entre 310 e 312, como nos sugerem a presença de bispos em sua corte por essa época e a famosa visão de Constantino, ocorrida antes da batalha da Ponte Mílvia, em outubro de 312. De acordo com uma tradição conservada por Eusébio de Cesareia, por volta do meio-dia o imperador teria avistado, no céu, uma cruz reluzente com a inscrição “com este signo vencerás”. Mais tarde, à noite, o próprio Cristo teria aparecido em sonho a Constantino e lhe ordenado que fabricasse um estandarte para suas tropas de acordo com a visão que havia tido. Essa batalha selou o destino do imperador Maxêncio e permitiu a Constantino apoderar-se da Península Itálica e do norte da África. Ao adentrar em Roma, no dia seguinte à derrota

de Maxêncio, Constantino já se apresenta como um imperador cristão, recusando-se a sacrificar a Júpiter Capitolino pela vitória, o que contraria abertamente a tradição (BARNES, 1981, p. 44). A partir de então, mediante uma série de leis, passa a favorecer de maneira inaudita o culto cristão. Constantino abole a crucificação como punição legal, proibindo a desfiguração do rosto, a imagem da beleza divina. Em seguida, prescreve a observância do domingo – o *Dies Solis* – como um dia santo, suspendendo qualquer atividade judiciária ou trabalho manual nesse dia a fim de facilitar as reuniões das assembleias cristãs. Os privilégios concedidos ao clero propiciam a criação de uma nova ordem juridicamente definida, com reconhecimento pleno por parte do Estado. Por outro lado, a política de isenções e privilégios concedidos à Igreja a dotam de uma riqueza extraordinária, permitindo-lhe operar como uma poderosa agência de bem-estar social por intermédio do auxílio prestado aos pobres e desvalidos (ELLIOT, 1978, p. 336).

Em 326, Helena, a mãe do imperador, empreende uma peregrinação à Palestina, dedicando-se a restaurar os lugares santos e a fundar igrejas com recursos públicos. É nesse contexto que se dá a célebre “descoberta” da cruz de Cristo, a mais sacra de todas as relíquias, o que impulsiona a devoção popular em torno do lenho sagrado. Uma das modalidades mais significativas de apoio imperial ao culto cristão que então se expandia foi o patrocínio à construção de santuários e igrejas, tendo os funcionários imperiais recebido, por toda a parte, instruções para utilizar os fundos públicos no auxílio a tais atividades. Na realidade, um colossal programa de construções é posto em ação para celebrar a piedade de Constantino. Em Roma, o imperador erige diversas igrejas, dentre as quais a basílica de São Pedro. Em 335, é consagrada a Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, com a presença do próprio imperador. Constantino erige também a Igreja da Natividade, em Belém. Em Nicomédia, é construída uma grande igreja em honra

dos mártires. Em Constantinopla, é erguida a Igreja dos Santos Apóstolos, destinada a receber os restos mortais do próprio imperador (ELSNER, 1998).



A associação Igreja/Estado que se afirma a partir de Constantino conduz à interferência direta do poder imperial nas disputas entre as comunidades cristãs. A primeira experiência desse tipo se deu por ocasião da irrupção, no norte da África, da heresia donatista. Em 311, Ceciliano foi eleito bispo de Cartago sem a presença dos demais bispos da Numídia, que passam então a acusá-lo de ter sido ordenado de modo irregular. Reunidos em Cirta, os bispos descontentes depõem Ceciliano. Chamado a opinar no conflito, Constantino toma o partido do bispo deposto, exortando os donatistas a se reconciliarem com a igreja de Cartago. A heresia, no entanto, se expande pelo norte da África e o

**Figura 11**

Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, cuja construção foi iniciada por Constantino a partir da peregrinação de sua mãe, Helena, à Terra Santa com o propósito de identificar os lugares conectados à missão de Jesus. Desde então, a igreja passou por diversas destruições e reconstruções ao longo do tempo. Em virtude da repartição da igreja entre cristãos católicos, ortodoxos e coptas, duas famílias de muçulmanos são hoje as responsáveis pela guarda das chaves e das portas do santuário.

imperador se vê obrigado a promulgar uma lei severa contra os donatistas, embora sem resultados imediatos. O donatismo dá a Constantino a exata dimensão do quanto as heresias são prejudiciais, não apenas à unidade da Igreja, mas também à segurança do próprio Império, razão pela qual se apressa em promover a concórdia entre os cristãos. Em 324, uma lei endereçada aos heréticos (novacianos, valentinianos, marcionistas, montanistas) é decretada. Por ela, estavam proibidos os encontros dos heréticos, especialmente em residências privadas. Os seus templos deveriam ser entregues ao episcopado católico, isto é, aos bispos que estivessem em comunhão com Roma.

Em seguida, Constantino tem de lidar com outra controvérsia que ameaçava cindir a Igreja: o arianismo. Por volta de 310, Ário, um presbítero da diocese de Baucális, em Alexandria, prega a dessemelhança entre o Pai e o Filho, o que se encontra em aberta contradição com o que é ensinado pelo bispo Alexandre. Excomungado em 318 por decisão do concílio de Alexandria, Ário apela para os bispos do Oriente em favor da sua causa, o que dá início ao mais importante movimento herético do final da Antiguidade. Com a finalidade de dirimir a polêmica, Constantino decide reunir, em 325, na cidade de Niceia, aquele que é considerado o primeiro concílio ecumênico da Igreja. Contando com a presença do imperador em pessoa, o concílio de Niceia pronunciou-se pela consubstancialidade (ou seja, pela igualdade em substância) entre o Pai e o Filho, formulando um símbolo de fé que contrariava as teses arianas. Ainda que, em termos imediatos, o concílio de Niceia tenha estimulado a polêmica em lugar de resolvê-la, a atuação do imperador foi decisiva para a sua realização, estabelecendo-se, a partir daí, uma dependência entre os concílios episcopais e o poder imperial que se aprofundará nos anos seguintes.

## A SUPERAÇÃO DO PAGANISMO

A cristianização do Império Romano foi um processo que envolveu não apenas o aumento extraordinário dos privilégios concedidos pelos imperadores à Igreja, mas também a repressão aos pagãos. Não que Constantino pretendesse, de imediato, a supressão do paganismo, razão pela qual conservou o título de *pontifex maximus* (sumo pontífice da religião romana) e admitiu em sua corte colaboradores pagãos. O imperador limitou-se a coibir as práticas do culto pagão que considerava incompatíveis com a moral cristã, como, por exemplo, o sacrifício sangrento, a prostituição ritual e o exercício da magia e da adivinhação com finalidades malélicas. Por esse motivo, a legislação antipagã formulada por Constantino se assemelha mais a proclamações morais visando a disciplinar a sociedade romana por meio de uma combinação de exortação e ameaça do que a leis feitas para serem cumpridas à risca. Isso não significa, no entanto, que não houvesse um clima de hostilidade crescente entre pagãos e cristãos. Muito pelo contrário, à medida que avança a cristianização do Império, a tendência é a de que os bispos e demais líderes cristãos assumam uma posição cada vez mais intolerante para com os pagãos, como comprova, a partir de fins do século IV, a difusão do termo *paganus* para designar os adeptos do politeísmo. Originalmente o termo se referia a um indivíduo de categoria inferior. Paulo Orósio, contudo, acrescenta um novo significado: aquilo que é próprio dos habitantes do *pagus*, da zona rural (BROWN, 1996, p. 41). Em qualquer um dos casos, o rótulo visa a reforçar o caráter marginal do paganismo e, com isso, estigmatizar os seus adeptos.

Sob Juliano (360–363), dito “o Apóstata”, ocorre a tentativa mais consistente de reabilitação do paganismo, embora a experiência tenha sido efêmera. Ao assumir o poder, Juliano se apresenta como um imperador fiel aos antigos cultos romanos e hostil aos cristãos, como constatamos em uma boa parte de seus escritos, repletos de



**Figura 12**  
Moeda de bronze de Juliano cunhada pelo ateliê monetário de Antioquia (361–363). Juliano, dito Apóstata, foi o último imperador romano a abraçar publicamente o paganismo, buscando implementar uma política religiosa pró-pagã num contexto de ascensão do cristianismo.

críticas mordazes ao cristianismo. Do ponto de vista legislativo, entretanto, as represálias ao cristianismo adotadas por Juliano foram bastante tímidas. A morte prematura do imperador, ferido mortalmente em combate contra a Pérsia em junho de 363, fez despertar uma vívida reação por parte dos cristãos, não apenas à memória de Juliano, mas também ao ideal de reabilitação do paganismo por ele acalentado. Desse momento em diante, os líderes

eclesiásticos se tornarão cada vez mais intolerantes com o paganismo, ainda que Joviano, Valentiniano e Valente não tenham demonstrado um maior empenho em perseguir os pagãos. Pelo contrário, do ponto de vista religioso prevalece, sob o governo desses imperadores, a tolerância para com os antigos cultos.

Por volta de 380, o imperador Graciano, possivelmente sob a influência de seu colega, Teodósio, um ardoroso cristão e de Ambrósio, bispo de Milão, passa a adotar uma série de medidas restritivas contra o paganismo. Em 382, o imperador faz retirar da Cúria, o recinto de reuniões do Senado, em Roma, o altar da deusa Vitória junto ao qual os senadores queimavam incenso e prestavam juramento antes do início das sessões. Com essa iniciativa, Graciano afrontava o círculo senatorial da Cidade Eterna, principal baluarte do paganismo em fins do século IV. A separação entre o paganismo e o Estado romano se consuma no momento em que Graciano renuncia ao título de *pontifex maximus*, até então revestido por todos os imperadores desde Augusto. Ao mesmo tempo, são suspensas todas as subvenções aos templos pagãos de Roma, incluindo a remuneração das vestais (MATTHEWS, 1990, p. 203–204).

Mais tarde, em novembro de 392, em Constantinopla, Teodósio sistematiza as leis que coíbiam o paganismo. Desse momento em diante, estavam proibidas em todo o Império a oferenda de sacrifícios, a adoração de ídolos e a elevação de altares, sob pena de

execução, multa ou confisco de bens. Em 394, o imperador anuncia que doravante o tesouro público não pagará mais os gastos do culto e dos sacrifícios solenes da religião romana. Ainda sob o governo de Teodósio, são destruídos dois importantes templos da Antiguidade: o santuário de Zeus, em Apameia, e o grande *serapeum* (templo de Serápis), em Alexandria. Por essa época, já era possível se perceber que um novo equilíbrio havia sido alcançado, passando a Igreja a desempenhar um papel decisivo na transição para a Idade Média.

Após a morte de Teodósio, em janeiro de 395, seus filhos, Arcádio e Honório, renovam a proibição dos sacrifícios e a abolição das isenções em favor dos sacerdotes pagãos, ordenando também a demolição dos templos localizados na zona rural. Em 408, Teodósio II, sucessor de Arcádio, no Oriente, determina que os sacerdotes pagãos sejam afastados dos lugares de culto e que os pagãos sejam excluídos do exército e da administração pública (DRAKE, 2002, p. 404 e ss.). Por essa época, já era possível se perceber que um novo equilíbrio havia sido alcançado. A Igreja, no final do Mundo Antigo, passa a desempenhar um papel decisivo na transição para a Idade Média. Por todo o território do Império, multiplicam-se as associações cristãs, tanto regulares quanto seculares, que se notabilizam no auxílio dos pobres, órfãos e viúvas. A prática da filantropia pelos cristãos reforçava diretamente a autoridade do bispo, já que cedo se estabelece o princípio segundo o qual os atos de caridade somente seriam reconhecidos perante Deus se fizessem parte da liturgia, o que tornava o bispo, muito mais do que o doador, a fonte da abundância. Ao mesmo tempo, o bispo passa a revestir o patronato sobre as comunidades locais, exercendo a justiça e organizando a defesa contra os invasores bárbaros, problema que se acentua nos dois últimos séculos do Império. Além disso, a participação dos bispos na campanha contra o paganismo foi decisiva em face da incongruência existente

entre o desejo dos imperadores em suprimir as práticas pagãs e a sua capacidade efetiva de alcançar tal objetivo. Como salienta Bradbury (1994), a despeito da existência desde Constantino de um conjunto de disposições gerais limitando o paganismo, as autoridades romanas não se empenham na repressão aos seus adeptos. De fato, uma lei considerada excessiva ou inoportuna pelos funcionários públicos ou pelas elites locais poderia simplesmente ser ignorada, conforme nos deixam entrever as insistentes ameaças dos imperadores contra os oficiais que não fossem competentes na implementação da legislação antipagã. Diante de uma situação como essa, os bispos desempenharam, frequentemente, o papel de executores da vontade imperial.

Quando tratamos da cristianização do Império Romano a partir de Constantino, devemos atentar para o fato de que a clássica noção de “triunfo da Igreja” é muito mais uma construção dos autores eclesíásticos do que uma realidade histórica propriamente dita. De fato, como salienta Peter Brown (1996, p. 41), foi um setor importante dos intelectuais cristãos que se encarregou não apenas de revestir os atos governamentais contra o paganismo de um sentido de absoluta inexorabilidade, como se a ascensão do cristianismo fosse a realização da vontade divina na história, mas também de difundir a ideia de que o paganismo era uma crença sem fundamento, obsoleta, em outras palavras, uma *superstitio*. Muito embora as práticas pagãs existentes no fim do Mundo Antigo sejam descritas com parcimônia na documentação, temos conhecimento da permanência do politeísmo em muitas regiões do Império, especialmente no Oriente, até o final do século VI. Essa situação é interpretada por alguns autores como uma mera “sobrevivência” do paganismo, mas talvez devamos ser mais cuidadosos com afirmações dessa natureza, que exageram a capacidade de atração do cristianismo. Cumpre notar que, em diversas ocasiões, os pagãos não perderam a oportunidade de reagir contra os cristãos, acusando-os

pelos males do Império. Após o saque de Roma por Alarico, em 410, os pagãos começam a se referir aos *tempora christiana*, os “tempos cristãos”, pretendendo com essa expressão identificar uma época atormentada por uma crise de autoridade trazida pelo cristianismo. Por essa razão, os círculos pagãos se recusavam a admitir que o “triunfo da Igreja” fosse capaz de proporcionar, sob qualquer aspecto, um futuro de paz e prosperidade ao Império.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

À guisa de considerações finais a respeito das modestas reflexões desenvolvidas ao longo deste livro, gostaríamos de ressaltar o fato de que, a despeito de todas as limitações ainda subsistentes, o ensino e a pesquisa em História Antiga, no Brasil, têm experimentado uma profissionalização crescente, com um impacto lento, mas perceptível, sobre o livro didático, uma das principais ferramentas pedagógicas à disposição de alunos e professores. Nas duas últimas décadas, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), um projeto nacional de avaliação implementado pelo Ministério da Educação com a finalidade de excluir da sala de aula das escolas públicas brasileiras obras que possam comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tem gerado um visível aprimoramento da produção didática disponível. O cuidado maior dispensado por autores e editores à confecção do livro didático de História já se faz notar, por exemplo, nos conteúdos de História Antiga, que hoje se encontram muito mais afinados com as concepções historiográficas contemporâneas do que outrora, fruto, em parte, da atuação, na equipe de avaliadores do PNLD, de especialistas na área com condições de confrontar a literatura didática e, desse modo, corrigir equívocos e distorções.

Além disso, é preciso reconhecer que hoje há mais pesquisadores brasileiros interessados em História Antiga, o que tem

favorecido não apenas uma significativa renovação historiográfica, como também a renovação do *ensino* na área. De fato, o ingresso de especialistas em História Antiga em vários departamentos universitários e programas de pós-graduação tem fomentado, de modo crescente, a capacitação de mestres e doutores e a criação de núcleos, grupos de trabalho e laboratórios dedicados ao estudo da Antiguidade. Um resultado previsível, em médio prazo, desse esforço concentrado de formação de quadros em História Antiga no País é, sem dúvida, o aprimoramento da qualidade do ensino da disciplina em nível escolar, num contexto em que, por exigência do próprio *modus operandi* da História na atualidade, são abertos novos domínios de investigação acerca das sociedades antigas, tais como as relações de gênero, o processo de formação das identidades, as modalidades de propaganda política e a dinâmica étnica, cultural e religiosa. Transposto para a sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, todo esse debate tem condições de estimular a consciência crítica dos alunos, pois lhes permite não apenas conhecer as experiências dos gregos e romanos, mas também exercitar sobre sociedades tão remotas no tempo e no espaço um olhar diferenciado, em conformidade com o saber histórico próprio do século XXI.

# REFERÊNCIAS

## DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

- EUSEBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus, 2000.
- TACITO. *Annali*. Traduzione di Bianca Ceva. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1997. v. 2.
- THE SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. English translation by David Magie. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

## OBRAS DE APOIO

- ARENDE, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- AUGÉ, M. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- AURÉLIO, D. P. Tolerância/intolerância. In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1996. v. 22, p. 179–230.
- BARNES, T. D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BEAUJEU, J. Les apologètes et le culte du souverain. In: REVERDIN, O. (Éd.). *Le culute des souverains dans l'Émpire Romain*. Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1972. p. 101–142.
- BENKO, F. Pagan criticism of Chistianity during the first two centuries A.D. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, II, p. 1055–1118, 1980.
- BERARDINO, A. di (Org.). *Dicionário patrístico de antigüidades cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BRADBURY, S. Constantine and the problem of antipagan legislation in the Fourth Century. *Classical Philology*, Chicago, v. 89, n. 2, p. 120–139, 1994.
- BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BROWN, P. *El primer milenio de la cristiandad occidental*. Barcelona: Critica, 1996.
- CANTO-SPERBER, M. Tolerância, neutralidade e pluralismo na tradição liberal. In: BARRET-DUCROCQ, F. (Org.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 89–97.
- CARDOSO, C. F. S. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1985.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. v. 1.
- CIRIBELLI, M. História e religião em Roma. In: LIMA, L. L. G. et al. (Org.). *História e religião*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2002. p. 25–39.
- CORASSIN, M. L. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- DANIÉLOU, J.; MARROU, H. *Nova História da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1984. v. 1.
- DRAKE, H. *Constantine and the bishops*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2002.

- DUBY, G. A herança. In: BRAUDEL, F.; DUBY, G. (Org.). *O Mediterrâneo, os homens e a herança*. Lisboa: Teorema, 1987. p. 139–155.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELLIOT, G. The tax exemptions granted to clerics by Constantine and Constantius II. *Phoenix*, Toronto, v. XXXII, p. 326–336, 1978.
- FINLEY, M. (Org.). *O legado da Grécia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- FINLEY, M. *A política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FINLEY, M. *Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FOLIGNO, C. A transmissão do legado. In: BAILEY, C. (Org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 25–59.
- FUNARI, P. P. A. A Cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49–79.
- GRANDAZZI, A. *Les origines de Rome*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- GRODZINSKY, D. “Superstitio”. *Revue des Études Anciennes*, Paris, t. LXXXVI, n. 1–2, p. 30–60, 1974.
- GUARINELLO, N. Cidades-estado na Antigüidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29–47.
- GUARINELLO, N. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia, Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, p. 41–61, 2003.
- HARTOG, F. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 193–202.

- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- HELLER, A. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.
- HÉRITIER, F. O Eu, o Outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, F. (Org.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 24–27.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.
- MAN, J. *A história do alfabeto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- MARROU, H. I. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1990.
- MATTHEWS, J. *Western aristocracies and imperial court (AD 364–425)*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1990.
- MENDES, N. M. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.
- MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MILLAR, F. *The emperor in the Roman world*. London: Duckworth, 1992.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média, textos e testemunhos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PEREIRA DE SÁ, C. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19–45.
- PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. v. II.
- PIETRI, L. Les résistances de la polémique païenne à la persécution de Dioclétien. In: MAYER, J.-M. et al. (Dir.). *Histoire du Christianisme*. Paris: Desclée, 1995. t. 2, p. 156–85.
- RICOUER, P. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, F. (Org.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 20–23.
- TUFFANI, E. Os estudos latinos no Brasil. *Classica*, São Paulo, v. 13/14, p. 393–402, 2000/2001.
- VEYNE, P. ‘Humanitas’: romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1991. p. 283–302.

# Apêndice 1



## ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A bibliografia especializada em História Antiga disponível em língua portuguesa infelizmente ainda não é expressiva, havendo por vezes uma notável decalagem entre o lançamento de uma obra em língua estrangeira e sua tradução brasileira ou lusitana. Todavia, essa situação tem sido pouco a pouco revertida devido ao crescimento da área no Brasil, de maneira que hoje temos muito mais textos de helenistas e romanistas brasileiros do que num passado recente, muitos desses textos acessíveis em versão *on-line*. Nesta seção, oferecemos algumas sugestões de leituras, em português, sobre a Antiguidade Clássica.

ARAÚJO, S. R. et al. (Org.). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

BROWN, P. *Corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CARDOSO, C. F. S. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1985.

CARDOSO, C. F. S. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, A. G. (Org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

CARVALHO, A. G. *A economia antiga: história e historiografia*.

Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2011.

CARVALHO, M. M. *Paideia e retórica no séc. IV d.C.* São Paulo: Annablume, 2010.

- CASSIN, B. *Gregos, bárbaros e estrangeiros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- CHÂTELET, F. *A filosofia pagã*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CHEVITARESE, A. L. *O espaço rural da pólis grega*. O caso ateniense no período clássico. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2001.
- CORASSIN, M. L. *A reforma agrária na Roma antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CORASSIN, M. L. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- CORNELLI, G.; HIRATA, E. F. V. (Org.). *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERRILL, A. *A queda do Império Romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FINLEY, M. (Org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- FINLEY, M. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1986.
- FINLEY, M. *A política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FINLEY, M. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FINLEY, M. *Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FINLEY, M. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- FINLEY, M. *Os gregos antigos*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- FINLEY, M. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLORENZANO, M. B. B. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo: Atual, 1996.
- FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRIGHETTO, R. *A Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II–VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.
- FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.
- FUNARI, P. P. A. *Cultura popular na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Contexto, 1989.
- FUNARI, P. P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 1991.
- FUNARI, P. P. et al. (Org.). *História antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GARRAFFONI, R. S. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GONÇALVES, A. T. *A noção de propaganda e sua aplicação nos estudos clássicos: o caso dos imperadores Septímio Severo e Caracala*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.
- GRANDAZZI, A. *As origens de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- GRIMAL, P. *História de Roma*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GRIMAL, P. *O Império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999.
- GUARINELLO, N. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-romano*. São Paulo: Ática, 1994.
- HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- HINGLEY, R. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HOPKINS, K. *Conquistadores y esclavos*. Madrid: Península, 1981.

- JOLY, F. D. (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.
- JONES, P. V. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LESKY, A. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LESSA, F. S. *Mulheres de Atenas: Méliッサ – do gineceu à ágora*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- LESSA, F. S.; BUSTAMANTE, R. M. C. (Org.). *Dialogando com Clío*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- LESSA, F. S.; BUSTAMANTE, R. M. C. (Org.). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- MAESTRI, M. *O escravismo antigo*. São Paulo: Atual, 1988.
- MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- MOSSÉ, C. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MOSSÉ, C. *Atenas, a história de uma democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
- MOSSÉ, C. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Ed. 70, 1999.
- OLIVEIRA, T. (Org.). *Antiguidade e medievo: olhares histórico-filosóficos da Educação*. Maringá: Eduem, 2008.
- OLIVEIRA, T. (Org.). *Pesquisa em Antiguidade e Idade Média: olhares interdisciplinares – Vol. II*. São Luís: Ed. Uema, 2008.
- OTTO, W. F. *Os deuses da Grécia*. São Paulo: Odysseus, 2005.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROMILLY, J. *Homero: introdução aos poemas homéricos*. Lisboa: Ed. 70, 2001.
- ROSA, C. B. et al. (Org.). *A busca do antigo*. Rio de Janeiro: Nau, 2011.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ROUSSELLE, A. *Pornéia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- SILVA, G. J. *História antiga e usos do passado*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, 2006.
- SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337–361)*. Vitória: Edufes, 2003.
- SISSA, G.; DETIENNE, M. *Os deuses gregos*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SOUZA, A. M. et al. (Org.). *Dinâmicas socioculturais na Antiguidade Mediterrânea*. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2011.
- TACLA, A. B. et al. (Org.). *Uma trajetória na Grécia Antiga, homenagem a Neyde Theml*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- TRABULSI, J. A. D. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- VERNANT, J. P.; NAQUET, P. V. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1989.
- VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- VERNANT, J. P. *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2002.
- VERNANT, J. P. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VERNANT, J. P. *Mito e religião na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1992.
- VERNANT, J. P. *Mito e sociedade na Grécia antiga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- VERNANT, J. P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.
- VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. I.
- VEYNE, P. *A sociedade romana*. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- VEYNE, P. *Acreditaram os gregos em seus mitos?* Lisboa: Ed. 70, 1983.

- VEYNE, P. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VEYNE, P. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- VIDAL-NAQUET, P. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

# Apêndice 2

---

## REVISTAS ELETRÔNICAS BRASILEIRAS

Nos últimos anos, temos verificado a criação de diversas revistas eletrônicas voltadas para a divulgação de resultados de pesquisa em História Antiga, em especial a da Civilização Clássica (Grécia e Roma), a maioria dessas revistas vinculada a laboratórios e grupos de pesquisa e dirigida por profissionais de reconhecida competência, elementos que contribuem para tornar confiáveis as informações por elas difundidas. Abaixo, indicamos alguns sítios de revistas de livre acesso. Na seleção, priorizamos aquelas que se encontram periodizadas.

1. Clássica, Revista Brasileira de Estudos Clássicos: <http://revista.classica.org.br>
2. Nearco, Revista Eletrônica de Antiguidade: [www.nea.uerj.br/nearco/index.html](http://www.nea.uerj.br/nearco/index.html)
3. Revista Alétheia: <http://incubadora.ufrn.br/index.php/aletheia/index>
4. Revista Calíope: [www.letras.ufrj.br/pgclassicas/listar.php?areaid=23&first=o&od=1](http://www.letras.ufrj.br/pgclassicas/listar.php?areaid=23&first=o&od=1)
5. Revista Diálogos Mediterrânicos: [www.dialogosmediterranicos.com.br](http://www.dialogosmediterranicos.com.br)
6. Revista Jesus Histórico: [www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/](http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/)
7. Revista Mare Nostrum: [www.fflch.usp.br/dh/leir/marenostrum/proposta.html](http://www.fflch.usp.br/dh/leir/marenostrum/proposta.html)

8. Revista Mundo Antigo: [www.nehmaat.uff.br/mundoantigo.html](http://www.nehmaat.uff.br/mundoantigo.html)
9. Revista Plêthos: [www.historia.uff.br/revistaplethos/nova/index.php](http://www.historia.uff.br/revistaplethos/nova/index.php)
10. Revista Philía: [www.nea.uerj.br/phia.html](http://www.nea.uerj.br/phia.html)
11. Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos: [periodicos.ufes.br/romanitas](http://periodicos.ufes.br/romanitas)



**Laboratório  
de Design Instrucional**

**TIPOGRAFIA** Milo Pro e Milo Serif Pro, projetadas  
por Michael Abbink e Paul Van Der Laan

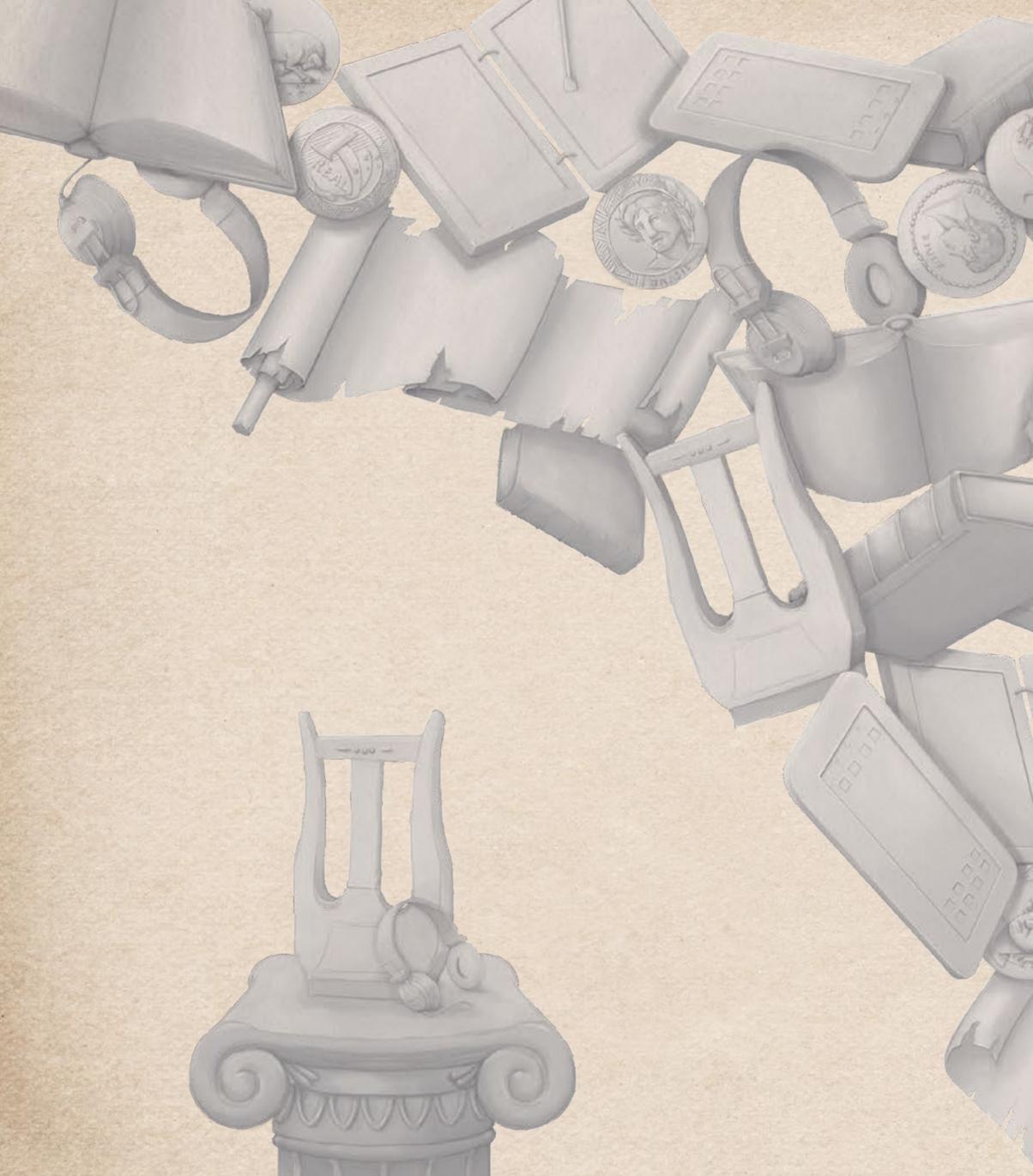
**CAPA** papel supremo 300g/m<sup>2</sup>

**MIOLO** papel Offset 90g/m<sup>2</sup>

**IMPRESSÃO** xxxxxxxxxxxx

## Gilvan Ventura da Silva

É doutor em História, professor dos Programas de Pós-Graduação em História e em Letras da Ufes e coordenador da Seção ES do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). É autor de *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia* (Vitória: Edufes, 2003) e organizador de *Repensando o Império Romano* (Rio de Janeiro: Mauad, 2006), em colaboração com Norma Musco Mendes.



ISBN: 978-85-63765-24-6



[www.neaad.ufes.br](http://www.neaad.ufes.br)  
(27) 4009 2208

